

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 02 - Nº 14 - MAIO 2017



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



**GOLPE CONTRA O ESTADO
INTERNACIONAL
POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA
SOCIAL E TERRITORIAL
ECONOMIA
COMUNICAÇÃO
MOVIMENTOS SOCIAIS**

APRESENTAÇÃO

A edição de maio do Boletim de Análise da Conjuntura da Fundação Perseu Abramo chega no momento em que o governo golpista está em crise terminal, com denúncias que atingem em cheio o presidente ilegítimo Michel Temer e seu principal aliado, o senador tucano Aécio Neves.

As elites conservadoras se digladiam entre alternativas para uma saída negociada entre elas, “por cima”, sem participação popular, de forma a continuar a marcha forçada da agenda reacionária dominante nas ações do governo e do Legislativo. Os setores populares liderados pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo exigem Fora Temer! Diretas já! Retirada das Reformas!

A crise do governo golpista recoloca as condições para uma disputa de alternativas. Como nunca o acompanhamento crítico da conjuntura é fundamental para a militância política. A FPA oferece ferramentas para essa tarefa. A Agência de Notícias, que faz análises diárias dos fatos, o livro recentemente lançado *Brasil 2016: Recessão e Golpe* e este boletim de acompanhamento mensal. Todos podem ser acessados na página <https://fpabramo.org.br/>. A seguir, os temas tratados neste número.

Na seção **Golpe contra o Estado** mostramos como a nova administração da Petrobras está reorientando a gestão da empresa para servir aos interesses dos acionistas privados e não aos da nação e do povo brasileiros. Os ataques contra essa empresa comprometem o futuro do país, sua capacidade de fazer política de inclusão social, de diversificação produtiva e energética.

Na parte **Internacional**, analisamos como as dificuldades políticas domésticas do governo Trump se combinam com uma agenda cada vez mais agressiva da sua política exterior.

A seção de **Política e Opinião Pública** aborda os possíveis desfechos para a crise do governo golpista provocada pelas delações da JBS, com a provável queda do governo Temer. Analisa as Medidas Provisórias aprovadas no Congresso Nacional e as principais perdas que a agenda de Temer trouxe para o país, além de listar os principais ministros que caíram por corrupção.

A parte **Social** faz uma análise sobre o desemprego integrada com a dimensão **Territorial** do problema. O estudo mostra que, ao contrário do que a mídia e do governo federal rotineiramente anunciavam, o cenário econômico continua a trazer notícias lamentáveis. A desocupação no país passou pelo maior aumento dos últimos quatro trimestres, com 1,8 milhão de “novos desempregados” nos três primeiros meses de 2017. O país tem estados com níveis de desemprego equiparáveis aos maiores do mundo. A desocupação vem atingindo cada vez mais adultos, mulheres e negros.

A análise da seção de **Economia** mostra que o país que já vinha andando de lado neste início de ano – com a honrosa, porém, pouco significativa exceção do setor agrícola – se aproxima do meio do ano com perspectivas sombrias. Além do baixo apetite do setor empresarial por crédito para novos investimentos, do elevado desemprego, dos encolhimentos do varejo e dos serviços, as incertezas políticas produzidas pela aventura do impeachment jogam por terra as apostas na recuperação, e o cenário de um terceiro ano de recessão parece cada vez mais provável.

A **Comunicação** publica uma radiografia da distribuição de verba para os grandes grupos de mídia nos últimos doze meses, em troca de apoio às reformas e políticas antipopulares. Também analisa o comportamento da imprensa internacional em relação à crise política e mostra a reação dos usuários de redes sociais ao depoimento de Lula no último dia 10 de maio.

Por último, traz, na parte de **Movimentos Sociais**, uma apresentação do programa de emergência discutido pela Frente Brasil Popular. Uma saída para a atual crise política que corresponda aos interesses das maiorias tem de responder aos problemas que afligem a população e que comprometem a construção do Brasil como nação soberana.



GOLPE CONTRA O ESTADO



Esta seção analisa os resultados da Petrobras no primeiro trimestre de 2017. O encolhimento da empresa, que na verdade é um problema no médio e no longo prazo, vem sendo tratado como um bom resultado de curto prazo. Em última instância, trata-se de retirar o protagonismo da Petrobras do projeto de desenvolvimento econômico para reduzi-la a mera empresa do setor de óleo.

A PETROBRAS PARA OS ACIONISTAS OU PARA OS BRASILEIROS?

A Petrobras divulgou, em maio, o seu balanço do primeiro trimestre de 2017. A despeito dos resultados positivos saudados pela atual gestão e pela imprensa, o que se observa é que os ganhos da empresa estão relacionados a variáveis que estão fora da sua governabilidade (como o preço do barril e o câmbio); a frutos que se colhem hoje decorrentes da onda de investimentos feita, sobretudo, no governo Lula e que propiciou a descoberta e a exploração do pré-sal; a manobras contábeis que deliberadamente desvalorizaram os ativos da empresa; e à diminuição do número de trabalhadores.

O encolhimento da empresa, que na verdade é um problema no médio e no longo prazo, vem sendo tratado como um bom resultado de curto prazo. Em última instância, trata-se de retirar o protagonismo da Petrobras do projeto de desenvolvimento econômico para reduzi-la a mera empresa do setor de óleo.

Do ponto de vista do balanço, a atual gestão e o mercado destacaram três resultados: o EBITDA ajustado (lucro antes dos juros, impostos, amortizações e depreciações) de 25,55 bilhões de reais, 2% maior do que no trimestre anterior; o lucro líquido de 4,45 bilhões de reais, um montante 77% maior do apresentado no quarto trimestre de 2016; e a redução do endividamento líquido, na comparação com dezembro de 2016, tanto em reais (com queda de 4%, alcançando um montante de 300,9 bilhões de reais) como em dólares (redução de 1% chegando a 94,99 bilhões de dólares).

Esses resultados foram saudados, pela companhia e pelo mercado, como fruto da administração focada no curto prazo da atual diretoria. O que é uma falácia, pois os melhores resultados financeiros ocorreram em virtude da expansão das receitas, causada por mudanças macroeconômicas que não estão sob governabilidade da empresa, como

o aumento do preço do barril de petróleo e a desvalorização cambial. E ainda pela redução das despesas, oriunda da alta qualidade e produtividade do óleo do pré-sal e do sucateamento da empresa, com impairment's (redução do valor recuperável de ativos) e redução da força de trabalho empregada, além de frutos oriundos da onda anterior de ampliação de investimentos da empresa.

Nos três primeiros meses de 2017, o preço do petróleo foi 9% superior em relação ao trimestre anterior e 59% acima do observado no primeiro trimestre de 2016. Com o aumento dos preços e da produção, a Petrobras elevou em 72% suas exportações – destinando cerca de um terço da produção – e atingiu a marca produtiva de 782 mil barris/dia.

Vale destacar que essa produção diária já ultrapassa a de muitos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Com isso, a produção brasileira começa a afetar, marginalmente, o preço mundial do petróleo. O que poderia parecer um acerto empresarial de curto prazo, o aumento da produção pode significar um erro setorial e estratégico de longo prazo, já que a ampliação da oferta brasileira deve contribuir para a desaceleração do aumento internacional do preço do barril. Portanto, caminhamos na contramão dos esforços geoeconômicos e geopolíticos da Rússia e de alguns países da própria Opep.

Além disso, a desvalorização do dólar (3% na comparação com trimestre anterior e 11% no cotejo com o primeiro trimestre de 2016) afetou de forma positiva a redução da dívida, uma vez que cerca de 70% desta está denominada em moeda estrangeira.

Com o aumento da participação das exportações, os resultados da Petrobras, como nunca em sua trajetória, vão depender das variações na taxa de câmbio e nos preços internacionais do petróleo. Isso amplia a exposição às flutuações internacionais, que certamente impactará também os preços de derivados no mercado doméstico.

Houve ainda uma expressiva redução de perdas, com impairment's entre o quarto trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2017 (perdas de 3,67 bilhões de reais para apenas 42 milhões reais)

de quase 100%. Com as menores perdas, a empresa apresentou resultados contábeis positivos. Cabe observar que, ao longo de 2016, a atual direção da Petrobras adotou os testes de impairment's não apenas como resultado das mudanças nos parâmetros econômicos, mas sim como uma estratégia de gerenciamento de resultados (*earnings management*) – quando um administrador adota uma política contábil para atingir determinados fins – voltados à subvalorização do patrimônio e dos ativos da empresa.

Com isso, ocorreu uma superestimativa proposital das perdas contábeis (que afetaram de forma expressiva os resultados financeiros), criando uma suposta ideia de que a Petrobras estava enfrentando uma crise financeira estrutural. Essa estratégia, na verdade, foi o instrumento contábil que deu legitimidade à desenfreada venda de ativos como a única alternativa possível para resolver os problemas financeiros. Uma falácia contábil.

Esse desinvestimento deve-se à atual meta financeira – estabelecida pelo Plano de Negócios e Gestão (2017-2021) da Petrobras – de 2,5 da relação dívida líquida/LTM EBITDA para 2018. Essa meta de acelerada desalavancagem somente pode ser alcançada com a venda de ativos para o pagamento do principal e dos juros de sua dívida.

Cabe observar que essa meta foi escolhida de forma discricionária pelo atual presidente da Petrobras, que afirmou em entrevista à revista *Executivos Valor* (maio de 2017): “antecipar a meta de desalavancagem [...] de 2,5 vezes de 2020 para 2018, foi uma coisa [decisão] minha”. Ou seja, a estratégia de vender ativos foi imposta pela decisão do atual presidente da Petrobras.

Não é para menos que a empresa tenha aumentado o pagamento do principal e dos juros de sua dívida, chegando ao montante de 34,25 bilhões de reais somente neste trimestre, 38% acima do que foi gasto no trimestre anterior. O plano excessivamente acelerado de pagamento da dívida tem como objetivos, por um lado, satisfazer a sanha de curto prazo do mercado financeiro e, por outro, abrir espaços para empresas privadas nacionais e, sobretudo, estrangeiras com a venda de ativos.

Isso tudo em detrimento do papel central dos investimentos de longo prazo da Petrobras para o conjunto do país, implicando em uma estratégia deliberada de encolhimento da empresa.

Outro elemento importante para os atuais resultados financeiros positivos foi a diminuição das despesas com importações de petróleo e gás natural, reflexo de maior participação do óleo nacional no refino e maior oferta de gás natural. Isso se deveu ao aumento da produção de petróleo e gás natural no Brasil, em especial nas reservas do pré-sal. Cabe observar que isso foi fruto dos investimentos realizados anteriormente ao pré-sal, bem como dos avanços tecnológicos conquistados na produção destas áreas, reduzindo imensamente os seus custos de produção.

Portanto, essa redução dos custos é uma consequência positiva dos investimentos realizados no ciclo anterior à atual onda de desinvestimentos, desmonte e privatização do Sistema Petrobras. A redução dos investimentos foi de 16% entre o quarto trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2017 (montante de 9,9 bilhões de reais). Essa redução é ainda maior na comparação com o mesmo trimestre de 2016 (queda 34%).

Isso fica evidente com a redução nas despesas com vendas gerais e administrativas de 27% no primeiro trimestre de 2017, que foram motivadas, principalmente, pela redução do número de trabalhadores (5% em relação ao trimestre anterior e 17% no cortejo com o primeiro trimestre de 2016), passando para 65.220 trabalhadores, o que refletiu os programas de demissão voluntária de 2014 e 2016.

Em outras palavras, a ampliação de investimentos feita pela Petrobras no período anterior foi tão acertada que seus frutos podem ser colhidos ainda hoje. Daí a importância do fortalecimento da natureza pública e estratégica da empresa contra as defesas do Estado mínimo e da empresa enxuta, como vêm sendo feitas pela grande imprensa. O editorial do jornal *O Estado de S.Paulo* na edição

de 14/05/2017, por exemplo, não se constrangeu em defender que o objetivo da Petrobras deve ser estritamente o de gerir ganhos para os seus acionistas e não o de protagonizar políticas de desenvolvimento industrial, setorial e tecnológicas. Para as aves de rapina de plantão, com visão torpe, programas de investimento devem sempre ser substituídos por privatizações.

A diretriz da atual gestão, a propósito, caminha no sentido do desinvestimento e do desmonte do Sistema Petrobras. Tal escolha compromete o futuro da empresa e sua capacidade de desbravar novas fronteiras de produção e tecnologia. Se Pedro Parente fosse presidente da Petrobras em décadas anteriores certamente a companhia não teria descoberto o pré-sal, dada sua timidez nas frentes de inovação e sua obsessão pela austeridade.

Em suma, as mudanças positivas nas variáveis que estão fora da governabilidade da empresa (preço do barril e flutuação do câmbio) têm favorecido financeiramente a companhia (aumento do EBITDA e dos lucros operacionais). Diante disso, os desafios financeiros de curto prazo estão arrefecendo, o que permite ajustar financeiramente a empresa sem que seja necessário colocar à venda mais ativos. No entanto, a atual gestão não tem levado isso em conta e prefere acelerar o pagamento da dívida, por meio da venda de ativos, em vez de priorizar um projeto de investimentos bem planejado e estruturado.

Nesse sentido, a empresa apresenta resultados positivos à custa de opções de curto prazo, da redução do número de trabalhadores e do enxugamento dos investimentos, o que significa, por um lado, perder fluxo de caixa futuro no médio e longo prazo com a venda de ativos operacionais lucrativos (refinaria, distribuidora, participação no pré-sal etc); e, por outro, diminuir o papel da Petrobras no projeto de desenvolvimento econômico e industrial do país, tratando a empresa não como patrimônio nacional, mas apenas como ativo para seus acionistas.

INTERNACIONAL

Nesta seção, analisamos os possíveis desdobramentos da denúncia do presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, após ter demitido o diretor do FBI, James Comey. Este último respondeu com a revelação de um memorando no qual denuncia o presidente por ter-lhe pedido, ainda no mês de fevereiro, para “deixar para lá as investigações sobre Michael Flynn, que seria boa gente”. Se for comprovado, representa um ato de prevaricação que pode levar ao impeachment.

ESTADOS UNIDOS À LUZ DE POSSÍVEL IMPEACHMENT DE TRUMP

Durante a campanha eleitoral para a presidência dos EUA, em 2016, veio à público que a candidata do Partido Democrata, Hillary Clinton, usou um servidor particular de internet e não o usual do Departamento quando ocupou o cargo de secretária de Estado, entre 2009 e 2011, o que poderia ter exposto milhares de documentos a hackers e vazamentos ameaçando a segurança do país. Constatou-se também que ela não formalizou ou pediu autorização para usar o servidor privado.

No entanto, após uma investigação sobre um pacote de quase trinta mil e-mails enviado por intermédio deste servidor, o diretor do FBI, James Comey, anunciou na época que o feito de Hillary foi descuidado, mas não representava má fé e assim ele não recomendaria seu indiciamento.

Porém, a menos de onze dias da eleição, o mesmo Comey, anunciou que o FBI iria investigar outro pacote de e-mails enviado através do mesmo servidor privado. Este anúncio foi “música” para os ouvidos do candidato do Partido Republicano, Donald Trump, que subiu o tom das críticas à adversária dizendo que “se fosse presidente, a prenderia por atentar contra a segurança nacional”. Posteriormente, revelou-se que não se tratava de um “pacote” e sim de meia dúzia de

e-mails sem importância, mas o estrago estava feito.

Aparentemente, James Comey, no início não quis se indispor com a candidata considerada favorita pelas pesquisas. Posteriormente, quis agradar o candidato que venceria as eleições, dando-lhe um importante elemento de campanha. Inicialmente, ele foi mantido no cargo, pois o mandato usual dos diretores do FBI é de dez anos, mas acabou demitido na primeira quinzena de maio sob a justificativa de Trump de que ele “não estava fazendo um bom trabalho”, mas aparentemente não se submeteu às solicitações do presidente Donald Trump.

Contra Trump, no final da campanha e após sua posse, pesaram denúncias de que ele teria sido apoiado por hackers russos que teriam interferido nas comunicações da campanha da adversária. Para corroborar essa tese, somaram-se as declarações do presidente Putin de que preferiria a vitória de Trump, as declarações do próprio Trump de que não apoiava as sanções dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) contra a Rússia e que achava que não era de interesse dos Estados Unidos imiscuir-se em assuntos internos de um país distante como a Síria, hoje apoiada pelos russos.

A pressão política exercida pelo Partido Democrata após a eleição levou o FBI a também investigar supostas ligações de assessores de Trump com autoridades russas. No início de seu governo, foi descoberto que seu conselheiro para Segurança Nacional, Michael Flynn, havia se reunido com o embaixador da Rússia nos EUA, Sergey Kislyak, para discutir as sanções aplicadas contra este país. Porém, ele teria mentido para o vice-presidente, Mike Pence, sobre o conteúdo da conversa. Acabou demitido e entrou na lista dos investigados.

Há pouco mais de uma semana, Trump demitiu o diretor do FBI, James Comey, que respondeu com a revelação de um memorando onde denuncia o presidente por ter-lhe pedido ainda no mês de fevereiro para “deixar para lá as investigações sobre Michael Flynn, que seria boa gente”! Se for comprovado, representa um ato de prevaricação do presidente que pode levar ao seu impeachment. Esta possibilidade foi reforçada pela informação de que Trump também teria solicitado aos diretores da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Agência Nacional de Segurança (NSA) que tentassem impedir as investigações do FBI sobre o suposto envolvimento russo na campanha.

No entanto, a continuidade das negociações provocou a nomeação de um ex-diretor do FBI, Robert Mueller, como Conselheiro Especial da investigação, por ação do vice-secretário da Justiça, que tem autonomia para este tipo de iniciativa.

Embora um deputado do Partido Democrata pelo Texas, Al Green, tenha apresentado um pedido de impeachment contra Trump, não tem havido maiores mobilizações neste sentido. Porém, uma pesquisa da empresa Public Policy Polling aponta que 48% dos estadunidenses são a favor do impedimento do presidente, contra 41% que são contra. Um forte obstáculo a esta possibilidade é o fato de os republicanos terem maioria nas duas casas legislativas e aparentemente os democratas preferem vê-los se desgastando com as trapalhadas de Trump do que arriscar substituí-lo pelo vice-presidente, Mike Pence, igualmente conservador e autoritário, porém com maior experiência política.

O problema é que frequentemente nos Estados Unidos, quando a “coisa aperta em casa”, o presidente

cria um conflito no exterior. Um que apelou para este expediente para não ser impedido foi o então presidente democrata Bill Clinton, em 1998, quando estava sob ameaça de perder o cargo devido ao seu caso com Monica Lewinsky e a forma como respondeu a isso. Uma oportuna guerra contra a Sérvia para promover a independência do Kosovo mudou a agenda da imprensa do país e ele foi ajudado também pela parcialidade do procurador-geral, ele se safou.

Agora, no Oriente Médio, a nova administração estadunidense resolveu apoiar explicitamente a política israelense de colonização da Palestina ao nomear um novo embaixador que tem defendido publicamente o direito do governo israelense de construir novas colônias nos territórios ocupados. O primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, já anunciou o início destas construções como forma de testar o comportamento de Trump frente ao tema, o qual chegou a mencionar a possibilidade de transferir a Embaixada dos EUA em Israel para Jerusalém Oriental, outro território ocupado.

No entanto, mesmo assim, Trump tem tomado iniciativas para intermediar a realização de negociações diretas entre o governo de Israel e a autoridade palestina, inclusive incluindo Israel e a Palestina na rota de sua primeira viagem internacional. Tem insistido que um acordo de paz é difícil, mas não impossível de alcançar. Entretanto, sem revelar como isso seria feito, ele fala de um “supremo acordo de paz”.

Outro país da região em seu roteiro de viagem foi a Arábia Saudita, a quem vendeu um lote importante de armamentos no valor de 110 bilhões de dólares para começar. Em Riad, deixou claro quem são seus aliados preferenciais na região ao atacar duramente o governo iraniano, cujo presidente acabou de ser reeleito e foi um dos responsáveis pelo abandono da construção de armas nucleares que permitiu melhorar um pouco as relações com os países ocidentais, EUA incluído, além de atuar em conjunto com a Rússia contra o Estado Islâmico na Síria.

Os EUA, apesar de não existir estado formal de guerra com a Síria e das declarações iniciais de Bush de que “os EUA não deveriam se meter em conflitos externos do outro lado do mundo”, deflagraram unilateralmente uma agressão ao país, bombardeando-o

com dezenas de mísseis no dia 6 de abril. A justificativa para o ataque foi o suposto uso de armas químicas contra um dos grupos rebeldes que, segundo Donald Trump, foi feito pelo governo de Bashar al-Assad. Foi uma desculpa dura de engolir, pois o arsenal sírio de armas químicas foi destruído há alguns anos sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), justamente para não proporcionar justificativas para um eventual ataque estadunidense que o presidente Obama ameaçava desencadear na ocasião.

Poucos dias depois, a força aérea estadunidense arremessou uma superbomba, MOAB - GBU43, sobre determinada região do Afeganistão, que supostamente teria matado 37 militantes do Exército Islâmico. Poucos dias atrás, os EUA voltaram a bombardear a Síria, desta vez foi um comboio de aliados do governo sírio, atitude classificada como inaceitável e violadora das normas internacionais pelo governo russo, aumentando a tensão mundial alguns graus.

Como o presidente Assad, da Síria, é considerado um ditador nos EUA e que ainda por cima estaria “intoxicando mulheres, crianças e idosos com armas químicas”, está posto um cenário que pode melhorar os índices de popularidade de Trump, como demonstra o fato de os cinco principais jornais do país publicarem dezoito colunas sem críticas a Trump, a não ser que ele poderia ter sido mais duro. (<http://fair.org/home/five-top-papers-run-18-opinion-pieces-praising-syria-strikes-zero-are-critical/>)

Neste quadro de busca de protagonismo bélico dos EUA, a tensão também aumentou entre Washington e Pyongyang nas últimas semanas. Com declarações belicosas vindas dos dois lados, há pelo menos uma “guerra falada”, conjuntamente com a ameaça de uso de bombas atômicas. A região vive certamente um dos momentos de maior apreensão desde a Guerra da Coreia.

A Coreia do Norte tem realizado sucessivos testes com mísseis de médio alcance com o objetivo de desenvolver a tecnologia para mísseis intercontinentais, pois se possuir a tecnologia de bombas atômicas é um fator importante de dissuasão, possuir os meios de atingir outros continentes é muito maior. Como seu objetivo é conquistar espaço na mesa de discussões das grandes potências, a tecnologia de mísseis é cru-

cial, porém, não interessa aos grandes membros do clube atômico mundial que os norte-coreanos cheguem a este ponto. No dia 22 de maio, o Conselho de Segurança, mais uma vez, condenou os testes realizados e prepara-se para ampliar as sanções aplicadas à Coreia do Norte, inclusive com apoio da China, que é um player fundamental nesta dinâmica, já que ela é o principal destino das exportações da Coreia do Norte e, por isso, tem grande poder de barganha frente ao país para mitigar sua expansão militar.

Nesta situação, o que pode ajudar é a eleição do candidato de centro-esquerda do Partido Democrata, Moon Jae-In, nas eleições presidenciais na Coreia do Sul no último dia 9/5, com cerca de 40% dos votos. Em segundo lugar, ficou o conservador Hong Joon-Pyo, com 25%. Seu governo pretende realizar rupturas significativas com o programa de sua antecessora, Park Geun-Hye, destituída por corrupção, sobretudo na tradicional disputa geopolítica com a Coreia do Norte.

Durante quase dez anos a presidência da Coreia do Sul esteve nas mãos dos conservadores, alinhados às vontades dos EUA e com posturas militarizadas em relação à Coreia do Norte. Isto beneficiou os estadunidenses, já que os sul-coreanos se mostraram fiéis aliados na defesa da segurança da região. Moon, por seu turno, pretende mudar este contexto. Ele defende o diálogo e a aproximação com Pyongyang, ao mesmo tempo que propõe sair da sombra das asas norte-americanas. O presidente eleito não viu com bons olhos a implementação do escudo antimísseis na Coreia do Sul por parte de Donald Trump, por exemplo.

Porém, o cálculo entre se afastar dos EUA e manter conversas amistosas com o vizinho do norte deve ser meticuloso. E não será fácil. O Partido Democrata não detém a maioria das cadeiras no parlamento, perdendo em números para os conservadores: 120 a 127. Também, deve-se levar em consideração a ânsia histórica dos norte-coreanos em reunir a península e como o sul seria um alvo fácil de sua artilharia ou na pior das hipóteses de suas bombas nucleares.

Ou seja, há espaço aberto em várias regiões para Trump jogar sua “carta” agressiva, caso a política doméstica desande e ele certamente o fará, pois não tem nenhuma outra iniciativa positiva na política externa atual para apresentar à opinião pública.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção aborda possíveis desfechos para o governo golpista das delações da JBS, que provavelmente levarão à queda de Michel Temer. Analisa as medidas provisórias aprovadas no Congresso Nacional e as perdas que a agenda de Temer trouxe ao país, além de listar os principais ministros que caíram por corrupção. Para finalizar, trata o pedido de “Fora Temer” e “Diretas Já” nas ruas após a denúncia da JBS.

Os doze meses de Temer

Pouco depois de completar um ano à frente do poder, o governo golpista de Temer começa a desmoronar. As graves denúncias contra o próprio presidente, comprovadas na gravação da JBS, anunciam o começo do fim da era Temer.

Desdobramentos possíveis

O jornal *O Globo* divulgou na noite de 18/5 que Joesley Batista, da JBS, havia gravado conversa com Michel Temer em 7/3, no Palácio do Jaburu, na qual Temer incentivou o empresário a continuar pagando mesada pelo silêncio de Eduardo Cunha.

Com a gravidade das denúncias reveladas na gravação da JBS, há quatro cenários possíveis:

a) A renúncia: com esse cenário o presidente da Câmara assumiria imediatamente e teria até noventa dias para chamar eleições indiretas. Em pronunciamentos nos dias 18 e 20/5, Temer disse que não

renunciaria.

b) A cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE): o julgamento está marcado para 6/6. Caso a chapa seja cassada, a escolha do novo presidente poderá ser feita por eleições indiretas. A Constituição Federal determina eleições indiretas no caso de dupla vacância nos dois anos finais do mandato.

c) Impeachment: até o dia 22/5 haviam sido protocolados na Câmara catorze pedidos de impeachment contra Temer, nove após a divulgação das denúncias da JBS e cinco antes da delação. Além dos pedidos registrados na Câmara, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou mais um pedido de impeachment de Michel Temer. De acordo com o presidente da OAB, Cláudio Lamacchia, mais importante do que uma eventual edição da gravação é o fato de Temer não ter negado o teor da conversa, ter escutado o que escutou e não ter informado as autoridades. Os trâmites do impeachment levariam em torno de 180 dias.

d) Inquérito no STF: o ministro Fachin determinou abertura de inquérito para apurar se Temer cometeu os crimes de obstrução à Justiça, corrupção passiva e organização criminosa. Com isso, Temer passaria à condição de investigado, uma vez que os crimes foram cometidos já no exercício de seu mandato.

Em todos os cenários de saída de Temer, quem assumiria temporariamente é o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Havendo renúncia, pedido de impeachment ou caso Temer seja considerado réu no inquérito do STF, eleições indiretas devem ser convocadas nos próximos trinta dias. Ainda para esses casos é possível que se antecipem as eleições diretas, desde que a Câmara vote e aprove a PEC 227/2016, de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede -RJ), que altera a Constituição e prevê eleições diretas, exceto se o cargo ficar vago nos últimos seis meses do exercício do mandato.

A PEC entrará na pauta da Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ) e deve ganhar a adesão da oposição e deputados que tendem a abandonar o governo. No dia 20, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) abandonou o governo, e seus 27 deputados e sete senadores passaram para a oposição, defendendo o apoio à PEC do deputado Miro Teixeira. PSDB, DEM e PPS também estudam a saída do governo. O PSDB teme assumir as delações como verdadeiras pelo envolvimento do presidente licenciado do partido Aécio Neves (PSDB-MG) e parece se dividir entre sustentar Temer ou abandonar o governo, que não tem condições políticas e éticas para prosseguir. Alguns parlamentares do DEM, como o senador Ronaldo Caiado, defendem a renúncia de Temer. Já o PPS entregou um de seus dois ministérios, o da Cultura, mas por enquanto segue na base. Ainda não são possíveis cálculos precisos sobre o que vai acontecer, enquanto setores do mercado e do próprio Congresso se preocupam em manter a tramitação e aprovação da agenda do golpe.

Principais perdas da nação no período

Ao longo desses doze meses, o governo golpista de Michel Temer impôs sua agenda impopular, causando uma série de retrocessos para o país e sacrificando ganhos sociais obtidos pela população

há décadas, em especial nos catorze anos de governos petistas.

Em um ano, Temer editou 52 Medidas Provisórias, sendo que dezessete foram aprovadas. Entre as principais medidas aprovadas nesses doze meses de governo golpista está o PL 4567/16, que alterou as regras do pré-sal, em prejuízo da Petrobras. Temer também conseguiu aprovar a PEC 55, que congelou os investimentos públicos por vinte anos, e a Lei da Terceirização (PL 4302/98), que deu um dos primeiros passos para o desmonte das leis trabalhistas.

A mais polêmica, MP 746/2016, reformou o Ensino Médio sem diálogo com a sociedade, resultando nas ocupações das escolas pelos estudantes secundaristas por todo o país. Outras MPs na área de educação foram as 741/2016, que transferiu às universidades o pagamento de encargos do Fies, e a 729/2016, que, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, sacrificou recursos da educação básica destinados às crianças em situação de vulnerabilidade social.

Algumas MPs contribuíram para desmontar o Estado brasileiro, como a 726/2016, que extinguiu ministérios, como parte da reforma administrativa. As MPs 728/2016 e 731/2016 trataram de recriar o Ministério da Cultura, após pressão do setor, e redesenhar dez mil cargos de confiança, respectivamente. A MP 727/2016 criou o Programa de Parcerias de Investimentos, ampliando privatizações, a 735/2016 facilitou privatizações no setor Elétrico, e a 745/2016, que enfraqueceu parte da indústria nacional ao permitir que a Casa da Moeda compre papel-moeda do exterior.

Outras medidas tiveram como consequência beneficiar setores da imprensa: a 744/2016, por exemplo, desmontou a Empresa Brasileira de Comunicação, e a 747/2016 perdoou emissoras de TV e Rádio que perderam prazo de renovação de suas concessões públicas. A 732/2016 diminuiu a tributação de imóveis em terrenos da União, beneficiando, por exemplo, mansões milionárias que se instalaram no litoral brasileiro. Em contraste ao discurso de ajuste fiscal, três MPs ampliaram o gasto público, como a 730/2016, que abriu crédito de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral, e as MPs 734/2016 e 736/2016, que liberaram mais de três

bilhões de reais para o Estado do Rio de Janeiro antes das Olimpíadas. Como principal exemplo recente de que o ajuste atinge os mais pobres e mantém os gastos com setores privilegiados, Temer editou diversas MPs em 2017 para criar um novo Refis, que perdoa dívidas, juros e multas de empresas e entes federativos que têm débitos com a União e a Receita Federal, cujos valores podem chegar aos 70 bilhões de reais. As MPs ainda precisam ser aprovadas no Congresso. As outras duas MPs aprovadas foram a 737/2016, que autorizou incorporação de militares inativos à Força Nacional, e a MP 751/2016, que criou o Programa Cartão Reforma.

Para não esquecer

Durante um ano de governo golpista, vários ministros caíram ou foram seriamente acusados de participar de atos ilícitos. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD-SP), principal nome da equipe econômica, esteve entre os anos de 2012 e 2016 na presidência do Conselho Consultivo do holding J&F, que controla a JBS. A empresa domina o noticiário político após delações do empresário Joesley Batista, mas a mídia mantém o nome de Meirelles blindado por ser o principal mentor e responsável pelas reformas econômicas e unanimidade entre as elites para dar continuidade a elas.

As delações da JBS também atingiram profundamente o responsável pela instabilidade democrática do país, o candidato derrotado nas eleições de 2014, senador afastado Aécio Neves. Segundo o empresário, Aécio teria recebido 60 milhões de reais em propina em 2014, ano em que foi derrotado e questionou os resultados, dando o estopim para o rompimento com a democracia no Brasil e para o golpe sustentado pelo PSDB. O senador afastado aparece em áudios pedindo dois milhões de reais à Joesley, para pagar sua defesa nos inquéritos que responde na Operação Lava Jato. A irmã e o primo do senador afastado foram presos pela Polícia Federal, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu a prisão do tucano ao STF. Na gravação, Aécio chega a falar em matar o próprio primo, intermediário na coleta de propina em dinheiro vivo, antes que o mesmo o delatasse.

Os principais ministros que caíram no período fo-

ram Romero Jucá (PMDB-RJ), do Planejamento, Fabiano Silveira, da Transparência, Henrique Alves (PMDB-RN), do Turismo, Marcelo Calero (PSDB-RJ), da Cultura, e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), da Secretaria de Governo. Os dois principais articuladores do golpe dado por Temer também foram acusados. Moreira Franco (PMDB-RJ), secretário da Presidência, apelidado de Angorá na lista da Odebrecht foi acusado de coletar propina para o PMDB junto de Eliseu Padilha, Ministro da Casa Civil.

As acusações de caixa dois atingiram a grande maioria, entre os quais se destacam Aloysio Nunes (PSDB-SP), que teria recebido quinhentos mil reais em sua campanha para senador, Gilberto Kassab (PSD-SP), acusado de receber vinte milhões de reais, e Bruno Araújo (PSDB-PE), cujo nome consta como receptor de caixa dois na delação da Odebrecht. Alguns ministros foram nomeados mesmo sendo investigados, como Maurício Quintella (PR-AL), dos Transportes, e Ricardo Barros (PP-PR), da Saúde. Quintella foi condenado por desvio de merenda escolar, enquanto Barros é investigado por direcionar uma licitação de publicidade estatal, ambos em seus estados.

Após denúncias, Fora Temer e Diretas Já

Após as denúncias da JBS envolvendo Michel Temer, milhares de manifestantes se espalharam por diversas cidades do país. As frentes Brasil Popular, Povo Sem Medo e partidos de oposição convocaram atos para o dia 21 em dezessete capitais pedindo “Fora, Temer e Diretas Já”. Pedem também o fim das reformas no Congresso. O maior ato ocorreu em Belo Horizonte, que reuniu mais de cinquenta mil pessoas na Praça da Liberdade. O ato de Belo Horizonte também comemorou o afastamento de Aécio Neves do Senado.

O segundo maior foi em Fortaleza, com mais de 35 mil pessoas. Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre também realizaram atos importantes. Em São Paulo, nem a forte e insistente chuva que caiu na capital paulista no dia 21/5 inibiu a participação dos manifestantes na Av. Paulista, que reuniu mais de vinte mil pessoas, sob o comando de três carros de som. As centrais sindicais marcaram novo ato no dia 24, em um movimento chamado “Ocupa Brasília”.

SOCIAL E TERRITORIAL

Ao contrário do que a grande mídia e o governo federal rotineiramente anunciam, o cenário econômico continua a trazer notícias lamentáveis. A desocupação no país passou pelo maior aumento dos últimos quatro trimestres: 1,8 milhão de “novos desempregados” nos três primeiros meses de 2017. O país tem estados com níveis de desemprego equiparáveis aos maiores do mundo, e a desocupação atinge cada vez mais adultos, mulheres e negros.

Desemprego continua a crescer no Brasil

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2017, o mundo produzirá um saldo de 3,4 milhões de desempregados (empregos perdidos menos empregos gerados), chegando a 201 milhões de desempregados em nível global. Aponta-se que as mudanças serão agudas e negativas, em especial na América Latina e Caribe (“altamente direcionadas pelo Brasil”, segundo o relatório), bem como na África Subsaariana. Para o saldo de 3,4 milhões de novos desempregados em 2017, o Brasil contribuiria com 1,2 milhão de novos desempregados, fechando o ano de 2017 com 13,6 de pessoas nesta condição e uma taxa de desocupação de 12,4%. Mas esse montante, calculado em 2016, foi superado em apenas três meses de 2017, pois a taxa de desocupação saltou de 12%, quando correspondia a 12,3 milhões de pessoas, no último trimestre de 2016, para 13,7% no primeiro trimestre de 2017, atingindo 14,2 milhões de brasileiros. Em consequência, há 1,8 milhão de novos desempregados no país apenas em 2017. É o que apontam os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC), do IBGE, divulgada na última quinta-feira, 18/5.

A população desempregada nos estados da federação

É possível observar, no quadro 1, que a região Sudeste foi a que mais gerou desemprego no primeiro trimestre deste ano. De 1,8 milhão de “novos desempregados” do país, cerca de 895 mil (49%), estão na região. São Paulo concentra mais da metade destes, 495 mil. Minas Gerais foi o segundo estado a gerar desempregados, com 286 mil. A região Nordeste, com 460 mil, e a Sul, com 268 mil, concentram as outras duas unidades federativas que geraram mais de 100 mil desempregados cada: a Bahia com 132 mil desocupados, e o Paraná, com 139 mil. Já a região Norte, com 115 mil novos desocupados, teve como maior gerador de desemprego o Amazonas, onde, desde este período, mais 63 mil pessoas pressionam o mercado de trabalho e corroboram com a “situação de emergência” decretada pelo estado no início deste mês devido à onda migratória de venezuelanos. No entanto, o Norte foi a única região a apresentar estados com redução, ainda que leve, do desemprego, pois o Tocantins apresentou saldo positivo de 4.200 empregos e Rondônia de 52 postos de trabalho. Quantitativamente, a região Centro-Oeste foi a que menos sentiu o peso do desemprego. Ainda assim, surgiram na região mais 95 mil desocupados, sendo mais da metade destes, 53 mil, no estado de Goiás.

Quadro 1. Desempregados por Unidade da Federação

UNIDADE TERRITORIAL	NÚMERO DE DESEMPREGADOS		
	4º trimestre de 2016	1º trimestre de 2017	"Novos desempregados" no período
Rondônia	67.552	67.500	-52
Acre	37.427	51.644	14.217
Amazonas	260.800	324.216	63.416
Roraima	18.435	20.992	2.557
Pará	478.791	511.895	33.104
Amapá	59.579	66.005	6.426
Tocantins	91.684	87.487	-4.197
NORTE	1.014.268	1.129.739	115.471
Maranhão	351.763	412.260	60.497
Piauí	122.866	174.936	52.070
Ceará	484.263	560.827	76.564
Rio Grande do Norte	224.667	249.871	25.204
Paraíba	199.726	220.264	20.538
Pernambuco	634.084	689.990	55.906
Alagoas	186.615	217.671	31.056
Sergipe	154.808	160.893	6.085
Bahia	1.214.425	1.346.278	131.853
NORDESTE	3.573.217	4.032.990	459.773
Minas Gerais	1.219.230	1.505.630	286.400
Espírito Santo	278.178	293.785	15.607
Rio de Janeiro	1.115.333	1.214.165	98.832
São Paulo	3.041.146	3.535.785	494.639
SUDESTE	5.653.887	6.549.365	895.478
Paraná	478.016	617.473	139.457
Santa Catarina	226.493	297.397	70.904
Rio Grande do Sul	502.381	559.825	57.444
SUL	1.206.890	1.474.695	267.805
Mato Grosso do Sul	112.208	133.959	21.751
Mato Grosso	158.299	172.030	13.731
Goiás	395.596	448.970	53.374
Distrito Federal	227.589	233.939	6.350
CENTRO-OESTE	893.692	988.898	95.206
BRASIL	12.341.954	14.175.687	1.833.733

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

A desigualdade da taxa de desemprego

O mapa 1 permite perceber que a taxa de desocupação média nacional (13,7%) não demonstra por si só a forma desigual como a falta de emprego se faz sentir nos diferentes cantos do país. Estados como Bahia

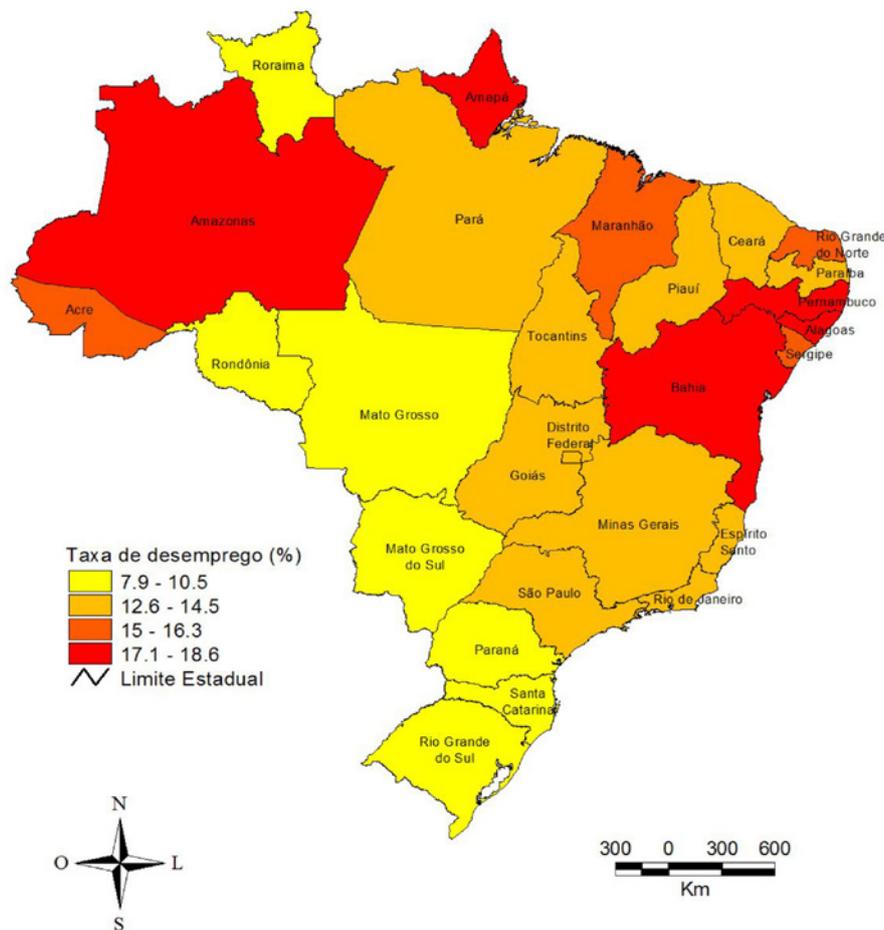
(18,6%), Amapá (18,5%), Amazonas (17,7%), Alagoas (17,5%) e Pernambuco (17,1%), sinalizados em vermelho no mapa 1 por possuírem as maiores taxas de desemprego, demonstram muito claramente a desigualdade de oportunidades do país. A taxa de desemprego nesses estados estão entre as maiores

do mundo e superaram países como Etiópia, Nigéria, Iraque e Síria.

Altas taxas de desocupação também são perceptíveis no Rio Grande do Norte (16,3%), Sergipe (16,1%), Acre (15,9%) e Maranhão (15%). No outro extremo está Santa Catarina, que possui a menor taxa de desocupação do país, 7,9%, comparável à da União Europeia (8%), no mesmo período. No entanto, esta

taxa já chegou a ser de 2,7% ao final de 2014, ou mesmo de 6,2%, no último trimestre de 2016. Rondônia (8%), Rio Grande do Sul (9,1%) e Mato Grosso do Sul (9,8%) completam a lista dos que possuem percentuais inferiores a 10% de desemprego e que auxiliam a destacar um eixo que segue pelo interior do país, do extremo sul até Rondônia, e que sofre menos as consequências do desemprego.

Mapa 1. Taxa de Desemprego



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/ IBGE. Dados do 1º trimestre/2017

Dinâmica recente do desemprego

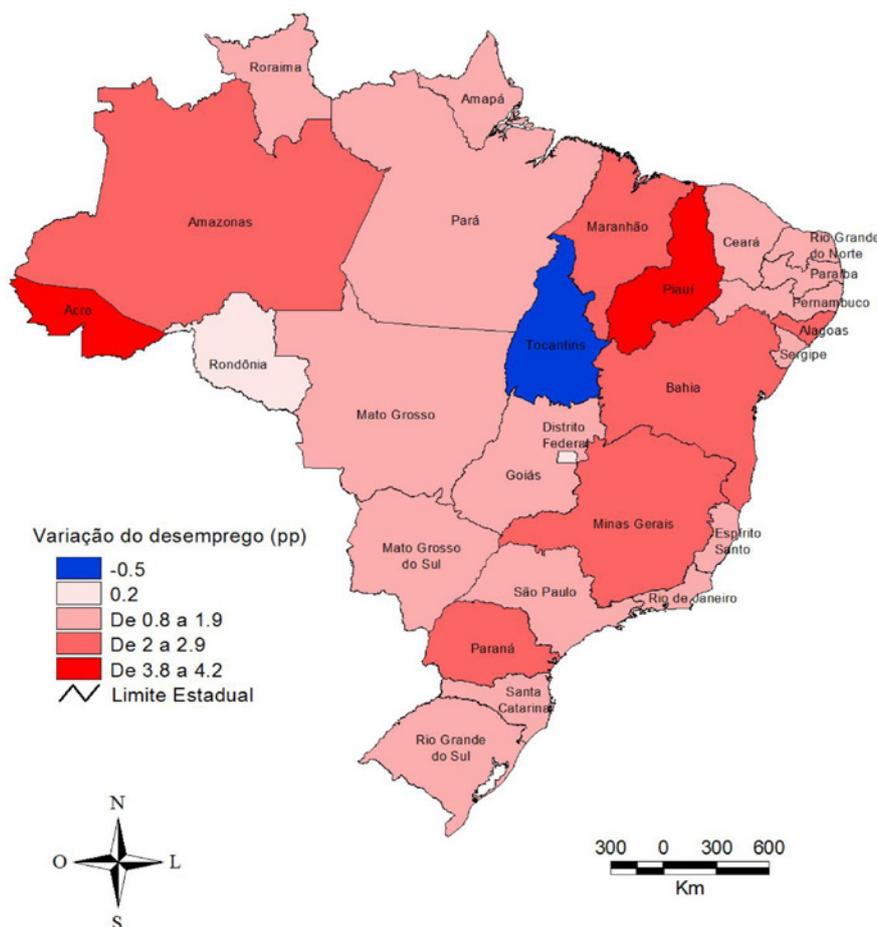
O mapa 2 demonstra que o desemprego teve uma variação surpreendente mesmo em um período tão curto de análise (primeiro trimestre de 2017 em relação ao quarto trimestre de 2016), variando nacionalmente em 1,7 ponto percentual. As regiões onde o desemprego mais cresceu proporcionalmente (1,9 ponto percentual) foram o Nordeste e Sudeste. O Piauí, com um aumento de 3,8 pp, foi o segundo es-

tado que mais sofreu neste fator. Minas Gerais foi o causador do alto índice do Sudeste, pois teve uma ampliação no desemprego de 2,6 pontos percentuais. Apesar de concentrar as mais baixas taxas do país, a região Sul foi a terceira onde a desocupação mais cresceu, 1,6 pp, com destaque negativo para o Paraná, com crescimento da desocupação em 2,2 pp. A região Norte, com aumento do desemprego em 1,5 pp, apresenta situações extremas. Se por um lado o Tocantins foi o único com variação negativa,

de 0,5 pp, e Rondônia apresentou o pequeno crescimento neste aspecto de 0,2 pp, o estado vizinho Acre foi o que passou pelo maior crescimento proporcional do desemprego do país, 4,2 pp. Já a região

Centro-Oeste apresentou o menor crescimento proporcional de desemprego, 1,1 pp, muito devido ao Distrito Federal, que obteve uma variação positiva do desemprego em apenas 0,2 ponto percentual.

Mapa 2. Variação do Desemprego - 2017



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/ IBGE. Dados do 4º trimestre/2016 e 1º trimestre/2017

Reforma trabalhista e mercado de trabalho

Com a crise política desencadeada pela delação premiada dos donos da JBS, é razoável esperar que tenhamos certo atraso na tramitação das reformas (trabalhista e previdenciária). Mas o objetivo do golpe - que é maior que Temer - é implementar um projeto de país e isso tentarão a todo custo, a menos que haja uma oposição massiva a esse plano ilegítimo.

A Reforma Trabalhista tramita agora no Senado Federal como PLC 38/2017 e modifica cerca de duzentos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho: é a mais ampla alteração realizada na CLT de uma só vez, como tem sido tratado em boletins da

Fundação Perseu Abramo.

Em síntese, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, a reforma trabalhista “instituiu um marco regulatório para as relações de trabalho altamente favorável aos interesses das empresas”. Assim, reverte-se “a lógica que originalmente inspirou a criação da legislação trabalhista no país, de cunho mais protetivo ao trabalhador”.

A reforma trabalhista chega em um momento de crise do mercado de trabalho, em que os últimos números da PNADC/IBGE apontaram para o crescimento da taxa de desemprego e agravamento das demais estatísticas, principalmente para grupos

mais vulneráveis, como mulheres e negros.

O quadro 2 permite observar que no primeiro trimestre de 2017 foram três milhões de pessoas a mais procurando emprego do que no mesmo período do ano passado. A população ocupada reduziu em aproximadamente 1,7 milhão de pessoas, fazendo com que o nível de ocupação também se reduzisse em 1,6 pp, no mesmo período.

A formalidade também foi afetada. No primeiro trimestre de 2017 apenas 33,4 milhões de empregados possuíam carteira assinada, cerca de 1,2 milhão a menos do que no início de 2016. O rendimento

real médio habitualmente recebido por todos os trabalhos dos ocupados e a massa de rendimentos obtiveram um leve aumento no período, devido à saída dos ocupados com menor rendimento e ao aumento dos salários acima da inflação, em especial no caso dos trabalhadores do setor público. A taxa composta da subutilização da força de trabalho, que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que desistiram de procurar emprego, ficou em 24,1% (26,5 milhões de pessoas) em 2017. No quarto trimestre de 2016 essa taxa foi de 22,2% e, no primeiro trimestre de 2016, de 19,3%.

Quadro 2. Estatísticas do mercado de trabalho

Estatísticas	Períodos		
	1º trimestre 2016	4º trimestre 2016	1º trimestre 2017
Taxa de desemprego (%)	10,9	12	13,7
Nº de desempregados (em mil pessoas)	11.089	12.342	14.176
População ocupada (em mil pessoas)	90.639	90.262	88.947
Nível de ocupação (%)	54,7	54	53,1
Emprego com CTPS assinada (em mil pessoas)	34.631	34.005	33.406
Massa de rendimentos (em milhões de reais)	181.694	181.749	182.935
Rendimento real médio recebido por todos os trabalhos	2.059	2.064	2.110
Subutilização da força de trabalho (%)	19,3	22,2	24,1
Taxa de desemprego de pessoas até 29 anos (%)	20,7	22,4	25,0
pessoas até 29 anos (em mil pessoas)	6.315	6.790	7.701
Taxa de desemprego de pessoas com 30 anos ou mais (%)	6,7	7,7	8,9
Pessoas com 30 anos ou mais desempregadas (em mil pessoas)	4.774	5.552	6.475
Taxa de desemprego de pessoas de raça/cor branca (%)	8,8	9,5	10,9
Pessoas de raça/cor branca desempregadas (em mil pessoas)	4.098	4.389	5.056
Taxa de desemprego de pessoas de raça/cor preta (%)	13,6	14,4	16,9
Pessoas de raça/cor preta desempregadas (em mil pessoas)	1.187	1.360	1.632
Taxa de desemprego de pessoas de raça/cor parda (%)	12,6	14,1	16,0
Pessoas de raça/cor parda desempregadas (em mil pessoas)	5.751	6.504	7.391
Taxa de desemprego do sexo feminino (%)	12,7	13,8	15,8
Mulheres desempregadas (em mil pessoas)	5.638	6.202	7.176
Taxa de desemprego do sexo masculino (%)	9,5	10,7	12,1
Homens desempregados (em mil pessoas)	5.451	6.140	6.999

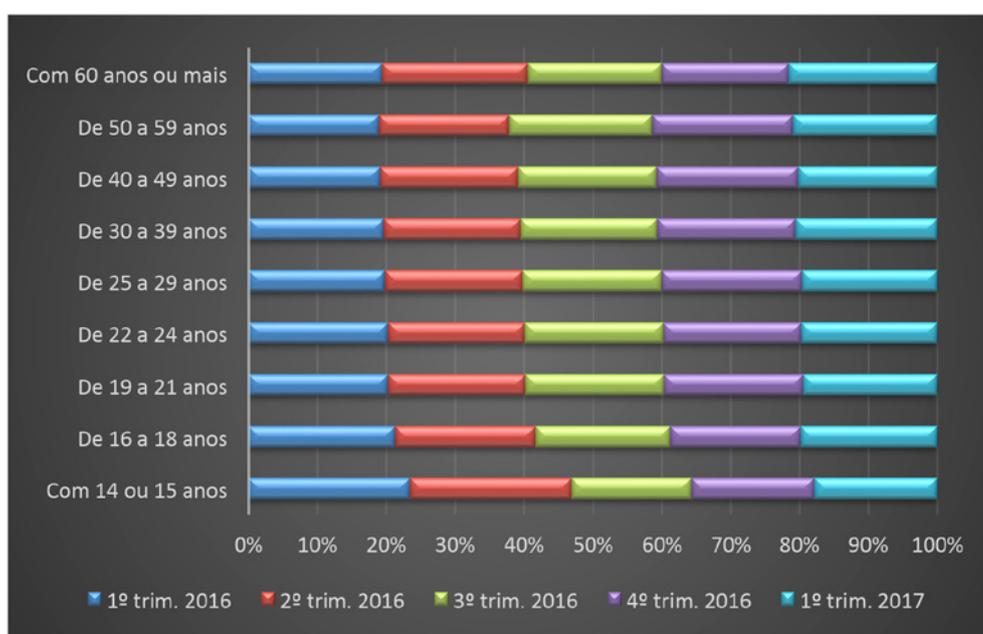
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

Apesar de estarmos numa onda crescente de desemprego, é possível observar algumas mudanças no perfil da população que vem ficando desempregada. Apesar dos jovens serem os mais afetados com o desemprego, pois sua taxa de desocupação subiu 4,3 pp (20,7% para 25%), correspondendo a 7,7 milhões no início de 2017, foi a população com trinta anos ou mais que prioritariamente ficou desempregada neste último ano, com 1,7 milhão de novos desempregados contra 1,4 milhão de jovens

desde o início de 2016.

No gráfico 1, que assim como os demais mostra a variação das estatísticas ao longo dos últimos cinco trimestres, é possível observar que os jovens de até 29 anos compõem a maioria dos desempregados (54,3% no primeiro trimestre de 2017). Mas as pessoas com trinta anos ou mais aumentaram sua participação no desemprego, indo de 43,1% dos desempregados no primeiro trimestre de 2016 a 45,7% destes no primeiro trimestre de 2017.

Gráfico 1. Evolução do perfil do desempregado por faixa etária

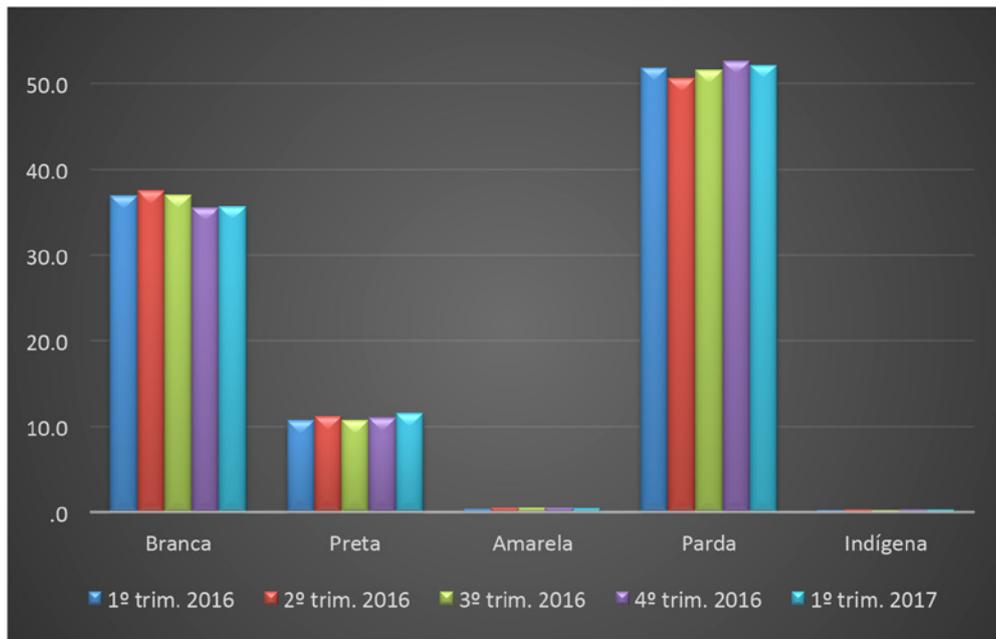


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

O perfil dos novos desempregados mostra que a desigualdade vem sendo ampliada também no quesito raça/cor. De acordo com a definição do IBGE, a população de raça/cor preta viu sua taxa de desemprego crescer cerca de 3,3 pp, de 13,6% para 16,9%, e a de raça/cor parda cresceu na mesma pontuação, de 12,6% para 16%. A de raça/cor branca aumentou 2,1 pp, de 8,8% para 10,9%.

O gráfico 2 também demonstra, sob um ponto de

vista complementar, o aumento da participação das pessoas de raça/cor preta no conjunto dos desempregados, pois, no início de 2016 eram 10,7%, e em 2017 já são 11,5% deste universo. Por outro lado, a população de raça/cor branca reduziu sua participação de 37% para 35,7% no mesmo período. A população classificada como de cor parda praticamente não variou no seu número inicial (51,9%) e final (52,1%).

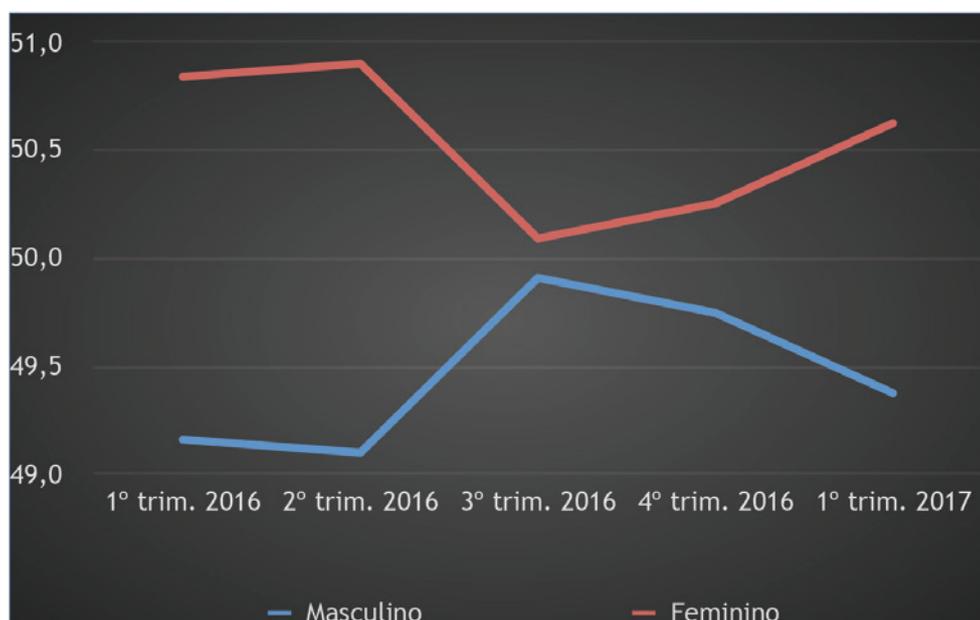
Gráfico 2. Evolução do perfil do desempregado por raça/cor

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

A taxa de desocupação feminina é historicamente superior à masculina, mas neste período analisado ela também cresceu mais, foi de 12,7% para 15,8%, crescimento superior a 3 pp. Já a masculina foi de 9,5% para 12,1%, crescimento pouco inferior a 2,7 pp.

No gráfico 3 percebe-se que a população feminina compõe a maioria do corpo de desempregados do

país. A amplitude entre os sexos já foi maior no início de 2016 (1,7 pp), chegando a ficar muito próxima no terceiro trimestre de 2016 (0,2 pp), e, desde então, vem aumentando novamente, a ponto de chegar em 1,2 pp no início de 2017, o que demonstra que as mulheres estão sofrendo mais com a progressão do desemprego atualmente.

Gráfico 3. Evolução do perfil do desempregado por sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que mede postos de trabalho formal, mostra um quadro oscilante: em abril, tivemos saldo positivo de 59.856. No mês anterior, o saldo fora negativo de 63.624 e, em fevereiro, o saldo havia sido positivo (35.612). A média anual ainda é negativa: de abril de 2016 a abril de 2017 foram destruídos 994.487 empregos formais no Brasil (com maior parte da perda dos empregos formais no comércio e serviços), o que representa -2,1% do estoque total de empregos com carteira assinada.

Em um contexto de crise e de alta do desemprego, é provável que os trabalhadores aceitem piores condições de trabalho, o que é agravado com a flexibilização das leis trabalhistas proposta pela reforma, que possibilita a perda de direitos hoje ainda garantidos.

Percebe-se assim um duplo esforço do governo com esse projeto: de um lado, implementar contratos precários e com menos direitos, partindo de uma determinada visão de mundo e, de outro, aumentar em um “passe de mágica” - como já tem feito ao mexer na metodologia do IBGE, por exemplo - a formalização, ao transformar o que é hoje considerado contrato precário, em linhas gerais, em trabalho regulamentado.

A pressão pela adoção de reformas nada tem a ver com a preocupação altruísta com o crescimento em si, mas com forçar o Brasil a adotar um projeto de “desenvolvimento” concentrador e excludente. Excludente por afastar os trabalhadores de sua aposentadoria. Concentrador por retirar direitos do trabalhador e privilegiar as altas camadas da sociedade, por exemplo.



acesse
o canal **teveFPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO

ECONOMIA



A economia brasileira que já vinha andando de lado neste início de ano – com a honrosa, porém, pouco significativa exceção do setor agrícola – se aproxima do meio do ano com perspectivas sombrias. Além do baixo apetite do setor empresarial por crédito para novos investimentos, do elevado desemprego, dos encolhimentos do varejo e dos serviços, as incertezas políticas produzidas pela aventura do impeachment jogam por terra as apostas na recuperação e o cenário de um terceiro ano de recessão parece cada vez mais provável.

Nível de atividade

Ao longo do mês de maio, com a incorporação dos dados das pesquisas econômicas relativas a março, foram divulgadas as primeiras estimativas a respeito do desempenho da economia brasileira neste primeiro trimestre de 2017. Considerando os dois principais indicadores que são utilizados como prévias do PIB, a economia brasileira teria crescido entre 1,12% (IBC-Br do Banco Central) e 1,19% (Monitor do PIB da FGV), no acumulado de janeiro a março, quando comparados aos do último trimestre de 2016.

Contudo, apesar desses números terem servido de mote à grande imprensa para que anunciassem a “retomada do crescimento” e redobrassem as apostas na agenda de reformas neoliberais, as variações são ainda muito pouco expressivas e em nada indicam que um processo de recuperação da economia esteja em curso.

Primeiro, porque aqueles números estão superestimados pelas mudanças metodológicas nas Pesquisas Mensais de Serviços e de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme já mencionado na edição de abril deste boletim e precisamente analisado pela economista Esther Dweck¹. Segundo, porque o motor do crescimento

neste primeiro trimestre foi o setor agrícola, cuja safra recorde de grãos deverá crescer 26,2% no ano, mas que impactará menos o PIB nos dois próximos trimestres, por conta de sua evolução sazonal. Terceiro, porque diversos indicadores setoriais que pareciam esboçar alguma reação nos dois primeiros meses do ano voltaram a registrar quedas bastante preocupantes entre fevereiro e março: o varejo, por exemplo, caiu 1,9% (pior resultado em 14 anos!), o setor de serviços sofreu retração de 2,3% no mesmo período, enquanto a produção industrial recuou 1,8%, com queda de 2,5% da produção de bens de capital.

Além desses fatores, outro dado crítico que contribui para uma perspectiva ainda bastante sombria para os próximos trimestres diz respeito aos indicadores de desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A forte queda (-27%) nas consultas das empresas por novos empréstimos no primeiro quadrimestre de 2017 quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, além da retração de 15% no volume de desembolsos no mesmo tipo de comparação, sinalizam que o setor empresarial não parece animado para expandir os seus investimentos nos próximos meses.

Indicadores do BNDES

Setor de Atividade	Consultas		Desembolsos	
	Jan-Abr	% (2017/2016)	Jan-Abr	% (2017/2016)
Agropecuária	4.723	0	4.288	-1
Indústria	4.850	-61	4.475	-35
Infraestrutura	11.476	-19	7.871	-9
Comércio e Serviços	6.428	1	4.746	-9
Total	27.477	-27	21.381	-15

Fonte: BNDES/Boletim de Desempenho (abril/2017)

Por fim, no que tange ainda aos indicadores de nível de atividade, cabe assinalar que demonstram grande heterogeneidade neste início de ano, seja do ponto de vista regional ou setorial, fato que desautoriza apostar numa tendência consolidada para o resto do ano. Por exemplo, enquanto no mês de março a produção industrial caiu em São Paulo (-1,7%), Minas Gerais (-2,8%), Rio Grande do Sul (-1,2%), Paraná (-2,9%), entre outros, houve crescimento em alguns outros estados, como o Rio de Janeiro (0,7%), o Amazonas (5,7%) e a Bahia (2,0%).

Comércio Exterior

Considerando o resultado acumulado na balança comercial até a segunda semana de maio, o país registrou um superávit de 24,4 bilhões de dólares, fruto de exportações que totalizaram 76,4 bilhões de dólares ante importações de 52 bilhões de dólares. Comparando-se ao mesmo período de 2016, os números indicam uma evolução do saldo comercial de 15,6% em 2017, com as exportações crescendo em um ritmo superior (20,2%) ao das importações (9,5%). São certamente números positivos, que trazem algum reforço a uma economia que segue anêmica e que não encontra internamente nenhum propulsor capaz de estimular a demanda agregada.

Todavia, o indicador divulgado neste mês de maio pela Organização Mundial do Comércio (OMC) a respeito do dinamismo esperado para o mercado internacional nos próximos meses (WTOI, na sigla em inglês) sinaliza que, apesar de haver uma perspectiva de leve aceleração para o conjunto do comércio internacional (o índice geral, que pode variar de 90 a 110, registrou 102,2 pontos no mês de mar-

ço), o cenário é menos favorável à economia brasileira. Isto porque, entre os motores do crescimento do comércio internacional, não estão os segmentos que têm maior peso na pauta exportadora brasileira. Tanto o setor de commodities quanto o automobilístico seguem com índices levemente reduzidos (respectivamente 98,6 e 99,7), sugerindo que o crescimento das exportações desses setores deve desacelerar nos próximos trimestres de 2017.

Inflação e política monetária

Como não poderia deixar de ser, em um contexto de recessão, desemprego recorde, juro elevado e câmbio valorizado, a inflação brasileira continua em trajetória de queda. Nos doze meses encerrados em abril, a inflação acumulada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA) alcançou 4,08%, ficando, portanto, abaixo do centro da meta e com perspectiva de queda ainda maior até o final do ano. De acordo com as projeções do mercado capturadas pelo Boletim Focus no dia 15/5, o ano de 2017 deveria se encerrar com o IPCA registrando inflação de 3,93% e o IGP-M de 2,66%.

Contudo, é preciso ressaltar que essas expectativas de taxas cadentes de inflação até o final de 2017 não devem se repetir nos próximos levantamentos do Boletim Focus. Por conta do agravamento da crise política a partir dos escândalos de corrupção que envolveram a cúpula do governo Temer e que ameaçam as instituições democráticas brasileiras como um todo, é bastante provável que ocorra uma desvalorização cambial maior do que a estimada nas projeções atuais e que, portanto, haja alguma pressão sobre o nível geral de preços nos próximos meses.

Assim, a depender dos desdobramentos da crise política e de quem estiver no comando do Banco Central, não será surpresa uma inflexão na política monetária, abortando a trajetória de aceleração da queda da taxa de juros básica e, conseqüentemente, mergulhando a economia brasileira no terceiro ano consecutivo de recessão. Não é demais lembrar que o conservadorismo excessivo da atual gestão do Banco Central demonstra grande capacidade de superar a si mesmo, como revela a renitente manutenção da taxa de juros real da economia brasileira no patamar de 7% ao ano - a despeito de não haver nenhuma variável no cenário macroeconômico que indique alguma pressão sobre os preços.

Setor Público

Depois de contingenciar 42,1 bilhões de reais do já esquelético orçamento da União (a grande maioria relativa a despesas com investimentos), o governo federal acumula frustrações em relação à sua expectativa de receita. A própria crise que se aprofunda com a austeridade e com o freio de mão puxado no Banco Central faz cair o volume total de impostos pagos,

colocando o governo no dilema de ter que cortar ainda mais suas despesas - o que seria muito difícil, impopular e contraproducente - ou encaminhar para o Congresso uma revisão da meta de déficit fiscal, revelando no picadeiro a ineficácia de suas políticas macroeconômicas e a inépcia de seus autores.

Claro que, pelo menos enquanto podem, as autoridades econômicas desconversam e tentam driblar a situação com pedaladas, cujos efeitos fiscais serão nefastos no longo prazo. São estes os casos, por exemplo, das medidas provisórias encaminhadas pelo governo e aprovadas no Congresso que permitem o refinanciamento de dívidas das empresas, dos proprietários rurais e dos demais entes federativos. Com elas, o governo que se diz preocupado em equilibrar as contas públicas para restaurar a confiança abre mão de 71 bilhões de reais, perdoando multas, juros e aumentando os prazos de parcelamento das dívidas (veja na tabela abaixo). Em compensação, por conta da retomada dos pagamentos ainda no presente ano, pretende injetar algo próximo a 5,8 bilhões no orçamento de 2017 e ainda posar de "austero" perante o mercado.

O preço da Reforma da Previdência

ITENS	R\$ Bilhões
REFIS municípios	30
REFIS estados*	6
SUPER REFIS empresas	23
REFIS ruralistas	10
Total	69

Fonte: Estadão Broadcast - Elaboração própria / (*) estimativa proporcional ao desconto dado aos municípios

Mas o problema é que a carta na manga com a qual o governo pretendia evitar o colapso fiscal em que se meteu parece ter lhe escapado. Temer e seus ministros da área econômica sonhavam arrecadar receitas extraordinárias de até 28 bilhões de reais com concessões e leilões de ativos ao longo do segundo semestre de 2017. Ocorre que se essa estimativa já era pra lá de duvidosa

antes de conhecermos os termos das gravações das conversas de Temer com os donos da JBS. Agora perdeu qualquer correspondência com a realidade, pois parece pouco crível que alguma empresa privada se disponha a imobilizar capital em projetos de longo prazo em um país que desde o impeachment tem um governo que só faz crescer a incerteza e a desconfiança.

Para ver mais, consultar:

1. Leia em "O fim da recessão ou ilusão estatística?". Disponível em: <http://brasildebate.com.br/fim-da-recessao-ou-ilusao-estatistica/>

COMUNICAÇÃO



Esta seção traz uma radiografia da distribuição de verba para os grandes grupos de comunicação nos últimos doze meses, em troca de apoio às reformas e políticas anti-populares. Também analisa o comportamento da imprensa internacional em relação à crise política e mostra a reação dos usuários de redes sociais ao depoimento de Lula no último dia 10 de maio.

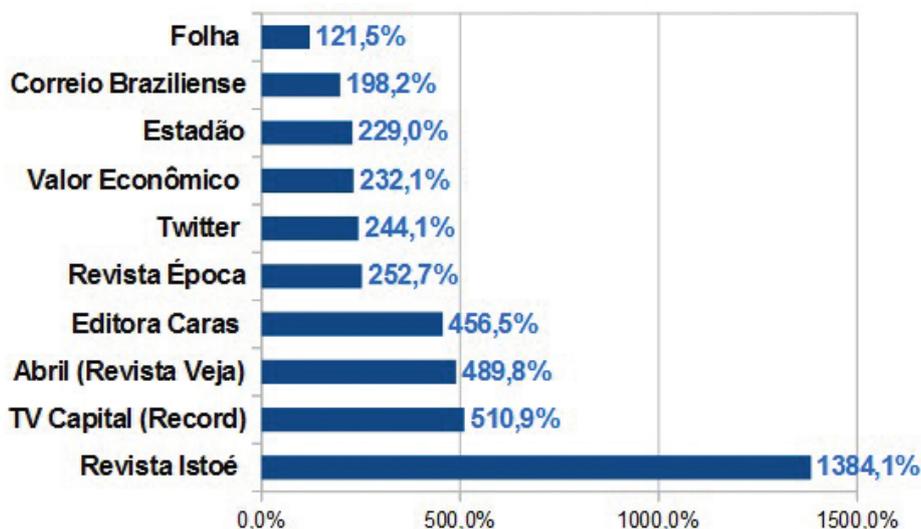
Golpistas ampliam gastos com publicidade

O blog O Cafezinho publicou em 21 de maio texto de Miguel do Rosário segundo o qual o governo golpista fez anúncios da ordem de 153,9 milhões de reais nos últimos doze meses, que configuram um aumento de 21% sobre o ano anterior. Os números não consideram a publicidade das empresas estatais, responsáveis por cerca de dois terços da publicidade federal. O texto baseia-se em dados da Secretaria de Comu-

nicação do governo federal (Secom).

Além do aumento irrefreado de gastos com publicidade em época de ajuste, as peças produzidas e veiculadas com recursos públicos não trazem nenhuma informação de utilidade pública. Ao contrário, limitam-se à defesa de uma posição política. No último ano tornou-se comum a realização de merchandising pelo governo, como ocorre por exemplo com a Reforma da Previdência, o que moralmente é questionável.

Maiores altas da publicidade federal da Secom. Variação % nos últimos 12 meses



Fonte: Secom / Elaboração blog O Cafezinho

A revista *Veja* recebeu 3,24 milhões de reais da Secom, aumento de 490% sobre o ano anterior. Já a *Globo*, empresa dos Marinho, lidera o montante de recursos recebidos em doze meses: 42,24 milhões de reais, um aumento de 11% sobre o ano anterior.

A Istoé, que elegeu Temer como “Homem do Ano” e fez uma cerimônia na qual Sergio Moro e Aécio Neves sentaram-se juntos e trocaram sorrisos e gentilezas, recebeu mais de 700 mil reais da Secom, ou

1.384% a mais do que no ano anterior.

O *Infoglobo*, responsável pelo jornal *O Globo*, recebeu 1,6 milhão de reais da Secom nos últimos doze meses, um aumento de 82% sobre o período anterior.

A publicidade das estatais não é publicada no portal da transparência e desde o golpe, ao contrário dos que vinha ocorrendo em anos anteriores, nenhum veículo da grande mídia se interessou em apurar os gastos federais com publicidade.

Secom: Gastos federais de publicidade executados

Em reais. Período: 12 meses Mai/Abr dos últimos 2 anos

Veículos de mídia		2016/17	2015/16	Var.%
1	Total Globo	42.244.646	37.899.410	11,5%
2	TV Globo	39.228.784	35.853.065	9,4%
9	Total Record	14.112.775	13.332.654	5,9%
3	TV Record	12.060.636	12.996.715	-7,2%
4	SBT	10.467.333	10.349.074	1,1%
5	Facebook	6.102.612	3.090.246	97,5%
6	Bandeirantes	4.488.421	3.472.811	29,2%
7	Abril (Revista Veja)	3.245.992	550.338	489,8%
8	TV Capital (Record)	2.052.139	335.939	510,9%
10	Twitter	1.759.700	511.424	244,1%
11	Infoglobo	1.616.493	889.880	81,7%
12	Folha	1.378.469	622.316	121,5%
13	Editora Caras	1.372.705	246.676	456,5%
14	UOL	1.208.115	1.592.288	-24,1%
15	Estadão	1.197.844	364.139	229,0%
16	Redetv!	1.042.007	1.398.099	-25,5%
17	Revista Época	992.270	281.371	252,7%
18	Revista Istoé	702.087	47.307	1384,1%
19	Valor Econômico	531.209	159.969	232,1%
20	Correio Braziliense	475.167	159.354	198,2%
21	EBC	258.739	663.079	-61,0%
Subtotal		146.538.140	124.816.152	17,4%
Outros		7.391.666	2.287.160	223,2%
Total		153.929.806	127.103.312	21,1%
Fonte: Secom / Elaboração blog O Cafezinho.				

Crise política volta a ser destaque internacional

Depois de muitos meses o assunto “Brasil” retornou com força aos jornais estrangeiros. O motivo é novamente a crise política. Jornais de diversos países trataram do assunto: “Presidente do Brasil endossa suborno por empresário em gravação secreta, diz jornal”, no *New York Times*; “No Brasil, o presidente Temer atingido por novas revelações”, no *Le Monde*; “Líder do Brasil nega relato de que ele tenha endossado suborno de ex-legislador”, no *Washington Post*; “Temer foi gravado a dar aval para subornar Eduardo Cunha, no *Diário de Notícias de Portugal*; “Gravam Temer dando sinal verde para entrega de suborno”, no *El Mundo da Espanha*; “Gravações explosivas implicam presidente Michel Temer em suborno”, no *The Guardian* da Inglaterra; “Gravações vazadas são problema para Michel Temer”, na *The Economist*; “Escândalo de corrupção atinge presidente do Brasil”, no *Süddeutsche* da Alemanha; ainda foi possível rastrear a notícia nas páginas dos jornais da Itália, da China e do Japão.

Diante de toda essa amplitude, fica claro que o abalo à imagem de Michel Temer, mas principalmente, à do Brasil, é enorme. Aproximadamente um ano depois do golpe de Estado que o mundo todo acompanhou com desconfiança, o homem que foi representado nesses veículos de imprensa como alguém que costumava agir nas sombras, que foi denunciado por Dilma Rousseff como traidor, usurpador e golpista, agora vê seu nome rodar o mundo por estar envolvido com a compra do silêncio de outro personagem mais do que relevante no processo de impeachment, Eduardo Cunha, que foi identificado pelos jornais estrangeiros como o arquiteto e líder do processo de destituição da presidenta Dilma.

Alguns desses veículos de comunicação estão acompanhando atentamente o que ocorre no Brasil. O alemão *Süddeutsche* publicou a reportagem “‘golpista’ ou salvador? O presidente brasileiro Temer” em que relembra-se as vaias na abertura das Olimpíadas que, segundo o texto, foram um espetáculo embaçoso para o mundo. A publicação passa pelo caso da gravação da conversa e depois afirma que Temer era uma esperança para o mercado, mas não para os cidadãos. Em reportagens posteriores abordando os protestos e o risco de Temer perder o cargo, o jornal chama o caso de “Brasigate” em referência ao escân-

dalo políticos dos EUA que entrou para a história conhecido como “Watergate”.

O estadunidense *New York Times* é outro que fica ligado ao que ocorre no Brasil. Além de registrar os protestos, descreve a reação da economia brasileira e o que pode ocorrer caso Temer deixe o poder. O jornal também explicou o caso de Aécio Neves e o identificou como um forte aliado de Temer. A manchete de uma reportagem publicada na sexta-feira, 20/5, diz que “escândalo no Brasil aumenta o medo de retorno do tumulto”. A matéria reproduz trechos do diálogo entre Joesley Batista e Michel Temer e entrevista o cientista político do Insper, Carlos Melo. Ele afirma que a popularidade que já era baixa, agora é ainda menor, o que torna muito difícil a aprovação de reformas impopulares. O professor de relações internacionais na Universidade de Columbia (EUA), Marcos Troyjo, afirmou à reportagem que esse escândalo pode abalar severamente a imagem de que Temer estava fazendo a agenda econômica “andar”.

Na Inglaterra, o *The Guardian* noticiou que Michel Temer foi formalmente acusado de conspirar contra a Operação Lava Jato. O texto informa que o governo de Temer vem passando de crise em crise desde que chegou ao poder, há um ano, “após ele ter planejado o impeachment de Dilma Rousseff”. A mesma notícia explica que Aécio Neves faria parte da conspiração com Temer e ainda coloca o senador como participante de outro plano conspiratório, dessa vez com o ministro do STF Gilmar Mendes, também para enfraquecer a Lava Jato. Além disso, cita o editorial do jornal *O Globo* que solicitou que Temer renunciasse e, reproduz uma fala do ex-presidente do STF Joaquim Barbosa em que ele afirma que a única saída é a população ir para as ruas exigir a renúncia do presidente. A notícia finaliza dizendo que todos os partidos do país foram atingidos pela delação premiada da JBS que diz ter pagado propina para mais de 1.800 políticos.

A dúvida que surge é sobre qual será a imagem do Estado brasileiro e da política “tupiniquim” diante da comunidade internacional após esse processo. Por vezes, jornais estrangeiros mencionaram que o Brasil passou de economia ascendente com possibilidade de futuro próspero para uma economia em frangalhos sem perspectiva de crescimento e com

tendência de diminuir.

Obviamente que o caso Temer-Joesley não foi o único assunto relacionado ao Brasil que a imprensa estrangeira tratou. A greve geral foi noticiada por muitos desses veículos, mas foi considerada por todos como um movimento aquém do esperado. O depoimento

de Lula ao juiz Sergio Moro também foi alvo de muitos periódicos estrangeiros. Porém, eles não deram à audiência a mesma importância que a imprensa brasileira deu. O jornal francês Le Monde talvez tenha sido o que deu mais destaque. Tratou a audiência como um show e descreveu Lula como uma figura amada e odiada no Brasil.

Rede sociais e o depoimento de Lula

Durante o dia 10/05 foram capturadas **841.852** ocorrências no Twitter ligadas a Lula e seu depoimento realizado em Curitiba (PR).

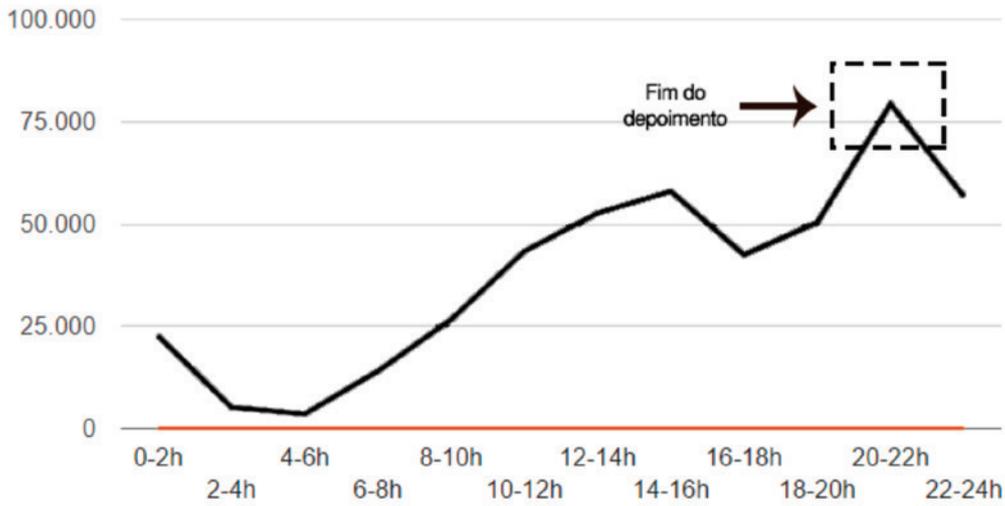
Termo monitorado	Menções capturadas
Lula	455.089
#LulaEuConfio	111.795
#MoroOrgulhoBrasileiro	148.946
#MoroPersegueLula	126.022
TOTAL	841.852

Nas redes sociais online, as principais notícias em número de compartilhamentos foram:

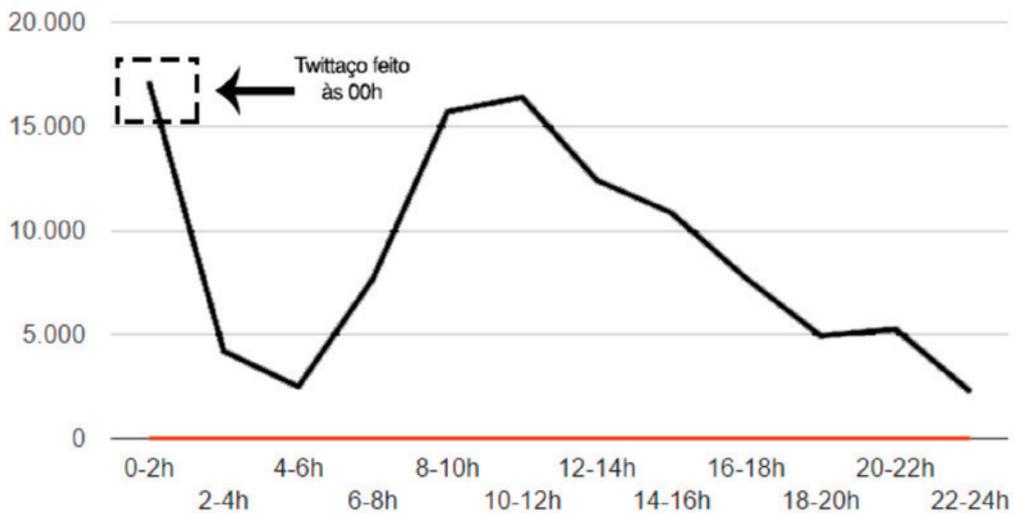
NOTÍCIA	PORTAL	SHARES
Policial 'gato' chama atenção ao escoltar Lula em Curitiba	O Globo	47.900
Moro interrompe Lula em depoimento: 'Não é programa eleitoral'	Veja	28.800
"Não quero ser julgado por interpretações, e sim por provas", diz Lula após depoimento	UOL	25.900
Lula de Jato e a massa de ônibus. Eis o socialismo real	O Reacionário	22.700
Globo News esconde multidão a favor de Lula e dá cobertura a 15 manifestantes a favor de Moro	Falando Verdades	22.600
Juiz que suspendeu Instituto Lula atribuiu decisão a pedido do MPF que não existiu	UOL	22.100
Lula passa mal antes de depoimento	Papo TV	20.300
"Se um dia eu tiver que mentir, prefiro que um ônibus me atropеле", diz Lula após depoimento a Moro	Jovem Pan	20.300

Os picos, menções e horários de maior movimentação dentre os termos monitorados foram:

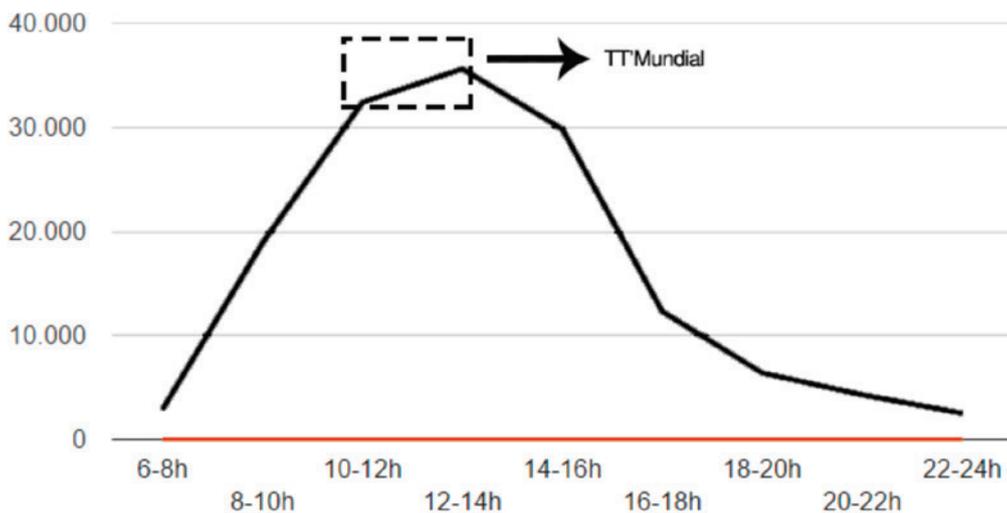
Lula – pico entre 20 e 22h:

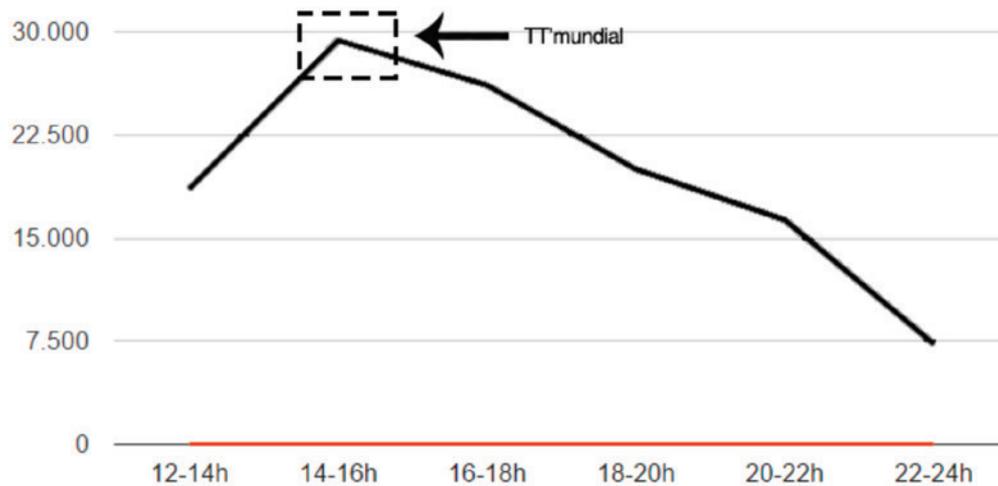


#LulaEuConfio – pico entre 0 e 2h e 8 e 10h:



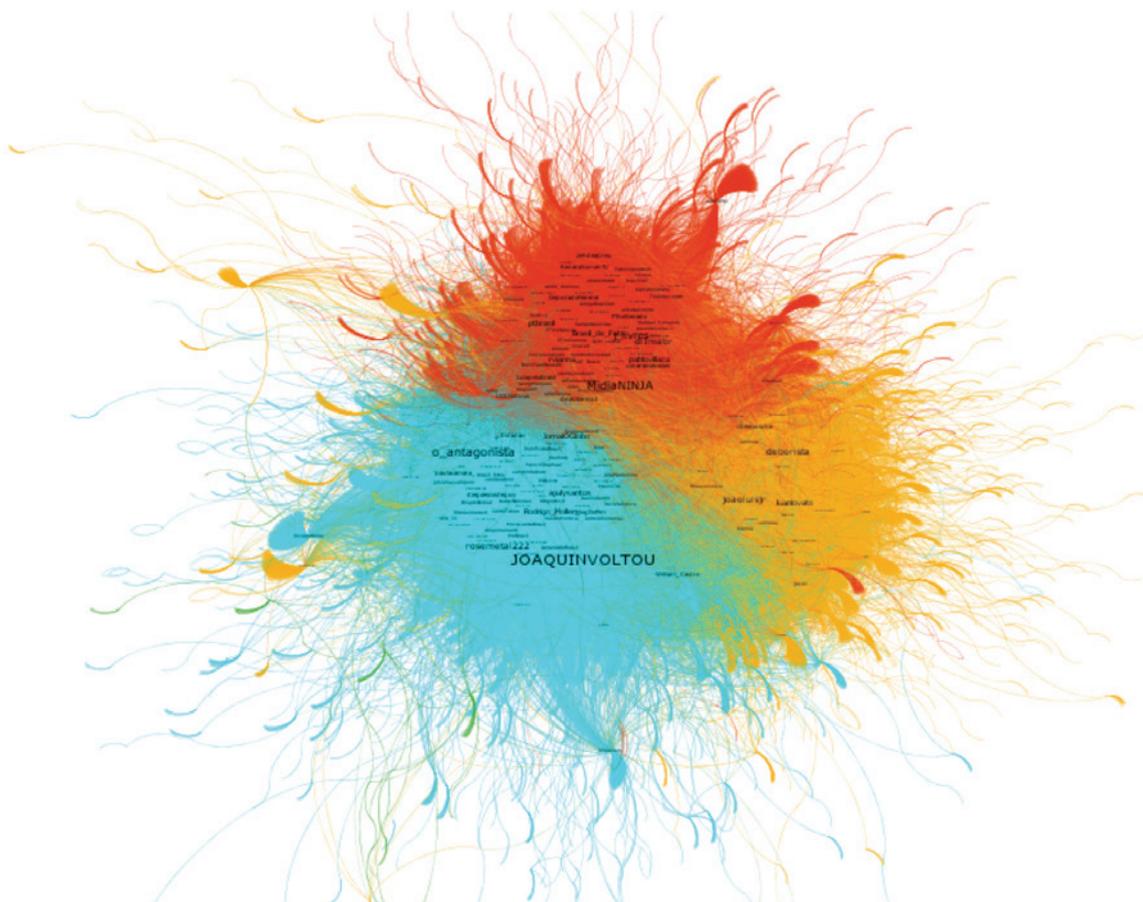
#MoroOrgulhoBrasileiro – pico entre 10 e 14h:



#MoroPersegueLula - pico entre 14 e 16h:

O grafo final foi gerado com 95.726 nós (perfis) e 347.275 arestas (menções, retweets e follows). Três grandes agrupamentos foram formados e analisados de forma individual:

1. Agrupamento azul: 42,03% - 40.229 nós e 146.083 arestas.
2. Agrupamento vermelho: 30% - 28.772 nós e 148.248 arestas.
3. Agrupamento amarelo: 24,72% - 23.666 nós e 32.384 arestas.



O agrupamento vermelho, de apoiadores do ex-presidente Lula, teve mais influência sobre o amarelo, aqueles que não se engajam usualmente no debate político de forma ideológica, do que os detratores de Lula, apoiadores de Sergio Moro.

Devemos ressaltar o grande número de robôs atuando dentro desse agrupamento azul para que a hashtag #MoroOrgulhoBrasileiro subisse ao *trending topics* do Twitter. É importante ressaltar que 14,48% do grafo tem quarenta seguidores ou menos. Juntos, representam ainda 0,54% das arestas do grafo e 13.858 nós.

Agrupamento	Nós	Arestas	%
Azul	7.233	1.109	17,17
Vermelho	4.773	660	16,59
Amarelo	1.542	1	6,5

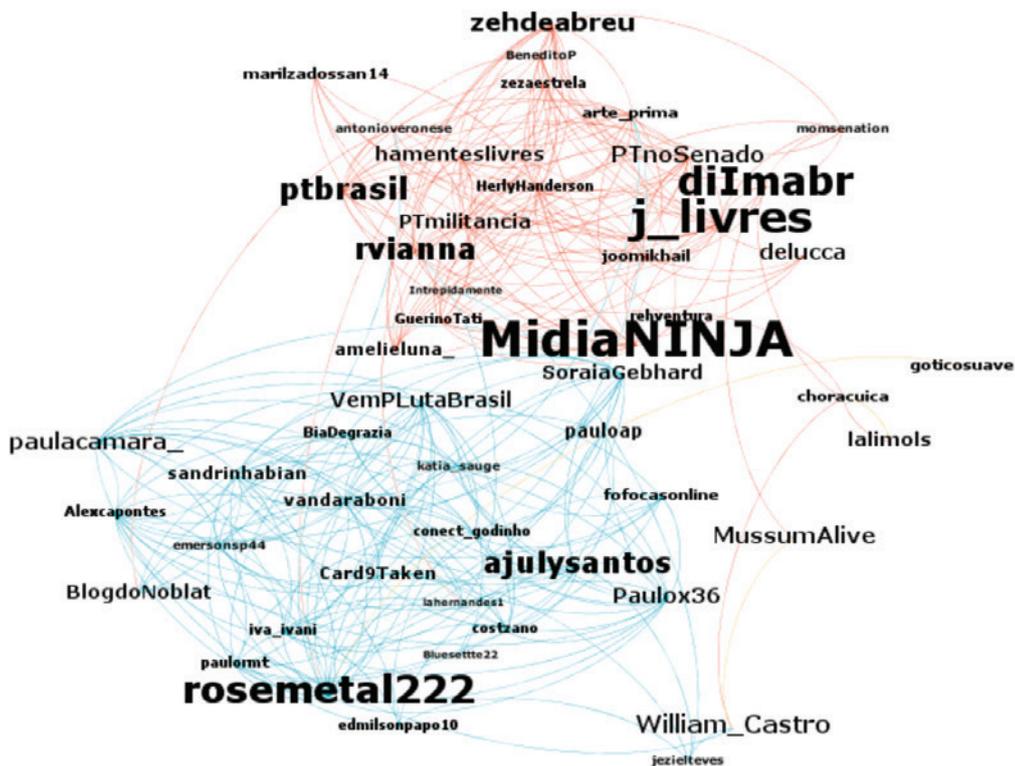
Talvez o ponto mais valioso aqui, para o agrupamento vermelho, seja o carisma que o presidente Lula tem e é explorado incessantemente pelo agrupamento amarelo. Aqui, no momento “pós-depoimento”, memes, pílulas de vídeo e argumentos que possam afirmar que Lula venceu o juiz foram e continuam sendo essenciais para transmitir, nas redes, a imagem de que Lula venceu o depoimento.

É possível afirmar que a disputa pelo agrupamento amarelo é a que pode definir o quão efetivo foram as ações nas redes. Assim, o agrupamento amarelo

aparece com um maior número de conexões com o agrupamento vermelho [2,6% a mais do que em comparação com o agrupamento azul].

Análise das redes sociais

Um nó [usuário] com grande centralidade conecta vários grupos diferentes, que não estariam tão interconectados se esse nó não existisse. Essas pontes também são responsáveis pela redução da distância social na rede, aproximando grupos diferentes. Os cinquenta principais perfis ao analisarmos a *betwenness centrality* foram os seguintes:



MOVIMENTOS SOCIAIS



Esta seção trata de um plano emergencial para o Brasil, lançado por movimentos sociais organizados na Frente Brasil Popular. O aprofundamento da crise política brasileira, trazido pela falência da narrativa que norteou a retirada antidemocrática da presidenta Dilma do governo, abriu o cenário para o aumento da resistência dos movimentos populares organizados e o lançamento do Plano Popular de Emergência.

PLANO POPULAR DE EMERGÊNCIA

Na época do ajuste fiscal proposto por Joaquim Levy, a Fundação Perseu Abramo, a Plataforma Social, o Brasil Debate, entre outras entidades, promoveram propostas para embasar políticas alternativas de retomada do desenvolvimento do país com democracia e justiça social. Quase dois anos depois, vemos a organização de movimentos sociais em torno de uma plataforma única para o Brasil, uma iniciativa de muita importância para a atual conjuntura.

A Frente Brasil Popular reúne dezenas de entidades de representação das mais variadas lutas. Entre elas, podemos destacar movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, negros e negras, população LGBT, movimento feminista, juventude, militantes pela democratização da mídia, quilombolas e movimentos culturais.

A aliança foi criada em 2015, já no contexto do avanço do golpe de Estado à época em andamento no Brasil. Possui, em linhas gerais, os objetivos de defender a classe trabalhadora, o aprofundamento da democra-

cia, a promoção de reformas estruturais e a defesa da soberania nacional.

Em meio à grave crise política que vive o Brasil, a Frente Brasil Popular decidiu articular um plano nacional que orienta um projeto para o país, cujas premissas são o imediato reestabelecimento da democracia por meio da retirada de Temer, o ilegítimo, do poder, a antecipação das eleições presidenciais para 2017 e uma “ampla e persistente disputa política capaz de criar uma correlação de forças favorável à oportuna convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, destinada a refundar o Estado de direito e estabelecer reformas estruturais democráticas”.

Com 76 pontos divididos em dez grandes tópicos, o Plano Popular de Emergência consolida uma visão de Estado voltada à redução de desigualdades, com desenvolvimento e crescimento econômico, para a implementação de “um modelo social baseado no bem-estar e na democracia”.

Trata-se da primeira iniciativa articulada dos movimentos sociais pela reconstrução de um projeto nacional. Para a Frente, a retomada democrática do Brasil deve basear-se também em uma conjunção de elementos que contemplam o retorno de iniciativas aplicadas pelos governos Lula e Dilma, mas também o aprofundamento de processos de redução de desigualdades que apontam para iniciativas de reformas estruturais, como a reforma agrária e a reforma tributária.

A reversão do golpe de 2016

Um primeiro aspecto a ser destacado no plano trata da imediata reversão das medidas adotadas pelo poder ilegítimo vigente no Brasil desde 2016. Com a premissa da antecipação das eleições presidenciais para 2017, o documento trata do cancelamento da Emenda Constitucional 95/2016, que sufoca a capacidade de investimento do Estado, do retorno da operação exclusiva da Petrobras no pré-sal e da revogação da lei de terceirização.

O plano também prevê a retomada de políticas públicas democraticamente ratificadas pela população brasileira nas quatro últimas eleições presidenciais, como o Minha Casa Minha Vida, a Política Nacional de Defesa, o Programa de Aquisição de Alimentos, a recriação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, de Direitos Humanos, Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. E aponta ainda para a adoção de medidas de democratização do Estado, em demonstração de que a reversão do golpe só será efetiva por meio da adoção de medidas protetivas à vontade popular.

Nesse aspecto, a Frente Brasil Popular defende uma série de questões relevantes, como o voto em lista fechada (com alternância entre homens e mulheres, cotas raciais e geracionais), o financiamento público exclusivo de campanhas, a adoção de referendos revogatórios de processos de impeachment, a democratização da mídia e do Poder judiciário, apontando inclusive para a aprovação da lei contra o abuso de autoridade e o estabelecimento de mandatos para ministros das cortes superiores.

Nessa série de medidas, entende-se que a tentativa é ampliar a imunidade institucional a golpes parlamentares, jurídicos e midiáticos como o de 2016. Chama

atenção a franqueza com que a Frente tratou o tema, de forma a aprofundar a maturidade democrática brasileira e indicar maior soberania popular.

Desenvolvimento e trabalho

Os principais aspectos de política econômica e combate ao neoliberalismo estão contidos no tópico “Política de desenvolvimento, emprego e renda”, que parte de uma essencial concepção de que a política econômica deva ser orientada ao desenvolvimento e geração de alternativas produtivas, especialmente na centralidade do trabalho.

De acordo com o documento, a volta da democracia só é possível se for orientada por uma concepção de Estado que dê efetiva centralidade ao trabalho e ao desenvolvimento social. Para isso, indica medidas emergenciais corajosas, como a elevação dos investimentos a 25% do PIB e a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego com o uso parcial de reservas internacionais na casa de 100 bilhões de reais anuais. Esse é possivelmente o ponto de maior distância das demandas populares ao interesse do grande capital que hoje orienta a política econômica brasileira.

Em outro tópico (“Direitos sociais e trabalhistas”), essa concepção é reforçada nos itens da redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, garantia de isonomia salarial entre homens e mulheres, extensão da licença paternidade, proibição da dispensa imotivada, combate às práticas antissindicais e fortalecimento da negociação coletiva, tendo como patamar mínimo a legislação trabalhista vigente antes do golpe.

Outras iniciativas previstas são a auditoria e redução da dívida interna, lei antitruste do sistema financeiro, reversão das privatizações, fortalecimento da indústria nacional, estímulo aos pequenos empreendimentos, implantação do imposto sobre grandes fortunas, revisão da tabela do imposto de renda, tributação de juros sobre capital próprio, lucros e dividendos, entre outros.

Interseccionalidade e transversalidade

Apesar de estar apresentado em tópicos, o plano também demonstra um esforço interseccional e transversal nas ideias de reconstrução do Brasil. Estão

em perfeita sintonia elementos como o direito à terra no campo e na cidade, eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, direito à cultura, combate ao racismo, à homofobia e à transfobia, ao machismo, defesa do meio ambiente e da segurança alimentar e nutricional.

A estratégia política capaz de reverter o jogo demo-

crático brasileiro não pode se desligar de uma elementar dedicação à garantia de direitos a todos os grupos historicamente excluídos, à redução de desigualdades sob o viés da extinção dos preconceitos e das intolerâncias, do reacionarismo e do conservadorismo ainda presentes na sociedade.

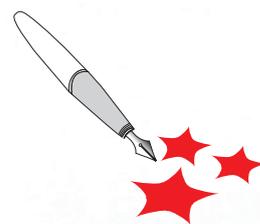


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Fátima Cleide (vice-presidenta), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo P.F. Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 23 de maio de 2017.

BOLETIM DE
ANÁLISE DA
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br